



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 043 TERÇA-FEIRA, 07 DE ABRIL DE 2015

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,25)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,34) Benedito de Lira (11,18,45) Walter Pinheiro (31,37,44) Telmário Mota (4,36,43) Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14 Humberto Costa (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (30) Walter Pinheiro (31,37,44) Lindbergh Farias (32) Fátima Bezerra (35)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,34)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,36,43)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (11,18,45)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (21)</p> <p>Vice-Líder Ataídes Oliveira (38)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23,40) Aloysio Nunes Ferreira (41)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (16,29)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,28) Vanessa Grazziotin (20,27) Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (46)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,28)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,26)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (20,27)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 43ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE ABRIL DE 2015	005
1.1 – ABERTURA	005
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	005
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	005
1.2.1.1 – Requerimentos	
Nº 276/2015, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando a oitiva da referida Comissão sobre o Projeto de Lei do Senado nº 69/2015	005
Nº 277/2015, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando a oitiva da referida Comissão sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62/2015	007
1.2.1.2 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda	
Nº 4/2015-CN (nº 102/2015, na origem), encaminhando Relatório de Desempenho do Fundo Soberano referente ao 4º trimestre de 2014. <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria</i>	009
1.2.1.3 – Término de prazo	
Término do prazo, em 3 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 655/2014	019
1.2.1.4 – Comunicação	
Do Senador Randolfe Rodrigues, comunicando impossibilidade de participação de S. Exª na Comissão Parlamentar Externa destinada a acompanhar as circunstâncias da prisão do prefeito da cidade de Caracas, na Venezuela (Memorando nº 33/2015)	019
1.2.1.5 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 314/2015, na origem, encaminhando cópia dos Acórdãos nºs 1.847 e 2.971/2012; e 1.609/2014, proferidos nos autos do processo TC 010.137/2009-3, acompanhados dos Relatórios e dos Votos que os fundamentam	019
1.2.2 – Oradores	
SENADOR FERNANDO COLLOR – Destaque a temas prioritários para a Região Nordeste, a exemplo da dívida dos Estados com a União e das obras do PAC	025
1.2.3 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 83/2015, na origem, encaminhando a Prestação de Contas da Presidência da República, referente ao exercício financeiro de 2014 (atuada como Mensagem nº 4/2015-CN) (vide item 3.1)	027
1.2.4 – Oradores (continuação)	
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Críticas ao Governo do Paraná pela majoração das alíquotas do ICMS de vários produtos; e outros assuntos	027
SENADOR LINDBERGH FARIAS – Preocupação com a violência que atinge o Estado do Rio de Janeiro e vítima sobretudo a juventude	030
SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO – Pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Augusto Amariz; e outro assunto	035
SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Comentários sobre discurso da Presidente da República em defesa da melhoria da educação no País; e outro assunto	037
SENADOR ACIR GURGACZ – Solicitação de apoio para a aprovação do Projeto de Lei nº 388, de 2014, de autoria de S. Exª, que suprime a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no parcelamento do solo urbano; e outros assuntos	040
1.3 – ENCERRAMENTO	043
2 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO	
2.1 – MENSAGEM Nº 4/2015-CN Encaminhando a Prestação de Contas da Presidência da República, referente ao exercício financeiro de 2014	
SENADO FEDERAL	
3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação	044
Bancadas dos Partidos	045
Por ordem alfabética	046

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	047
5 – LIDERANÇAS	048
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	049
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	52
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	055
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	058
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	060
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	062
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	065
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	067
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	069
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	070
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	073
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	075
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	077
CSF – Comissão Senado do Futuro	079
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993)	080
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	081
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	082
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013)	082
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005)	082
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001)	083
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009)	084
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	085
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	086
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012)	087
Conselho de Estudos Políticos (Ato da Comissão Diretora nº 21/2006; e Portaria do Presidente nº 8/2015) ..	088
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	089
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	090
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
10 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	091
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)	093
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)	094
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)	095
CMCLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Re- solução nº 2/2014)	096
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014)	097
CMCLF – Consolidação da Legislação Federal (ATN nº 1/2015)	099
11 – CONSELHOS	
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	100
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	102

Ata da 43ª Sessão, Não Deliberativa, em 6 de abril de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência da Srª Gleisi Hoffmann, e dos Srs. Lindbergh Farias,
Acir Gurgacz e Fernando Bezerra Coelho*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 16 horas e 6 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 276, DE 2015

(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 69, de 2015, de autoria do Senador Romário, que “Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências”, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em de março de 2015.


SENADOR ROMÁRIO

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O REQUERIMENTO DE OUVIDA AO PLS Nº 69/15-CE
NA REUNIÃO DE 31/3/2015, OS SENHORES SENADORES:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PP)	
Fátima Bezerra	1. Marta Suplicy
Angela Portela	2. Regina Sousa
Donizeti Nogueira	3. Zeze Perrela
Cristovam Buarque	4. Walter Pinheiro
Lasier Martins	5. Telmário Mota
Paulo Paim	6. Lindbergh Farias
Ivo Cassol	7. Ciro Nogueira
Gladson Camell	8. Ana Amélia
BLOCO DA MAIORIA (PMDB, PSD)	
Simone Tebet	1. Raimundo Lira
Sandra Braga	2. Roberto Requião
João Alberto Souza	3. Ricardo Ferraço
Rose de Freitas	4. Helio José
Otto Alencar	5. (vago)
Dário Berger	6. (vago)
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
BLOCO PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves	1. José Agripino
Wilder Moraes	2. Ronaldo Caiado
Alvaro Dias	3. Aloysio Nunes Ferreira
Antonio Anastasia	4. Ataídes Oliveira
(vago)	5. (vago)
BLOCO PARLAMENTAR SOCIALISMO E DEMOCRACIA (PSB, PPS, PSOL, PCDOB)	
Lidice da Mata	1. Antonio Carlos Valadares
Romário	2. Randolfe Rodrigues
Roberto Rocha	3. Fernando Bezerra Coelho
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PR, PTB, PSC, PRB)	
Blairo Maggi	1. (vago)
Eduardo Amorim	2. (vago)
Douglas Cintra	3. (vago)

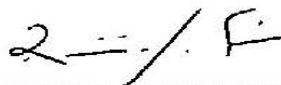
(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 277, DE 2015

(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 62, de 2015, de autoria do Senador Romário, que “Aumenta o percentual de recursos destinados ao paradesporto e a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência”, seja encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em de março de 2015.



SENADOR ROMÁRIO

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O REQUERIMENTO DE OUVIDA AO PLS Nº 62/15-CE
NA REUNIÃO DE 31/3/2015, OS SENHORES SENADORES:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PP)	
Fátima Bezerra	1. Marta Suplicy
Angela Portela	2. Regina Sousa
Donizeti Nogueira	3. Zezo Perrela
Cristovam Buarque	4. Walter Pinheiro
Lasier Martins	5. Telmário Mota
Paulo Paim	6. Lindbergh Farias
Ivo Cassol	7. Ciro Nogueira
Gladson Cameli	8. Ana Amélia
BLOCO DA MAIORIA (PMDB, PSD)	
Simone Tebet	1. Raimundo Lira
Sandra Braga	2. Roberto Requião
João Alberto Souza	3. Ricardo Ferraço
Rose de Freitas	4. Helio José
Otto Alencar	5. (vago)
Dário Berger	6. (vago)
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
BLOCO PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves	1. José Agripino
Wilder Moraes	2. Ronaldo Caiado
Alvaro Dias	3. Alysio Nunes Ferreira
Antonio Anastasia	4. Ataides Oliveira
(vago)	5. (vago)
BLOCO PARLAMENTAR SOCIALISMO E DEMOCRACIA (PSB, PPS, PSOL, PCDOB)	
Lidice da Mata	1. Antonio Carlos Valadares
Romário	2. Raulo de Rodrigues
Roberto Rocha	3. Fernando Bezerra Coelho
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PR, PTB, PSC, PRB)	
Blairo Maggi	1. (vago)
Eduardo Amorim	2. (vago)
Douglas Cintra	3. (vago)

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

– Aviso nº 4 de 2015-CN: Aviso nº 102, do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano, referente ao 4º trimestre de 2014.

É o seguinte o aviso:

AVN 4, DE 2015
(nº 102, de 2015, na origem)

ROL DE DOCUMENTOS

1. AVISO

2. RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Esplanada dos Ministérios – Bl. “P”, Ed. Sede
CEP: 70048-900 – Brasília/DF
End. Eletrônico – gabinete.df.gmf@fazenda.gov.br
Fone: (0xx61) 3412-2532

Aviso 102/ MP

Brasília, 31 março de 2015.


A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DA REPÚBLICA RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB referente ao quarto trimestre de 2014.

Senhor Presidente,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao quarto trimestre de 2014, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009.

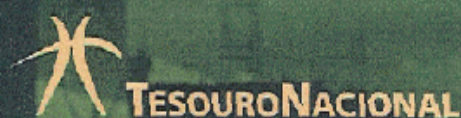
Respeitosamente,


JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Ministro de Estado da Fazenda


Maria Cláudia
PGFN/CAF

Relatório de Desempenho

do Fundo Soberano do Brasil



4º trimestre / 2014

Fevereiro/ 2015

Relatório de Desempenho

do Fundo Soberano do Brasil

4º trimestre / 2014



MINISTRO DA FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Tarcísio José Massote de Godoy

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIOS DO TESOIRO NACIONAL

Cleber Ubiratan de Oliveira	Eduardo Coutinho Guerra
Gilvan da Silva Dantas	Lísio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio	Paulo Pontoura Valle

EQUIPE TÉCNICA**Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais**

Cleber Ubiratan de Oliveira

Coordenador-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil

William Baghdassarian

Coordenador de Gestão do Fundo Soberano do Brasil

Daniel de Araujo e Borges

Alex Sander Ferreira da Silva	Bruno Branco Pontarolli	Claudia Akemi Matsuba
Dorilene G. Milanez	Eduardo Brandão Curi	Leonardo Tavares Lameiro da Costa
Marcus Lima Franco	Marcus Vinicius Magalhães de Pinho	Reinaldo Augusto Hugo Ruiz Pegoraro
Ricardo Milsztajn	Thais Salzer Procopio	Vinicius Luiz Antunes Araújo

Contadora

Sílvia Lenita Moeller

Representantes do Banco Central do Brasil junto ao FSB

Aldo Luiz Mendes

Ricardo Franco Moura

Representantes do Ministério do Planejamento junto ao FSB

Manoel Carlos de Castro Pires

Martim Ramos Cavalcanti

Capa e projeto gráfico

Coordenação de Desenvolvimento Institucional/ Gerência de Informação (CODIN/GEI/O)

Fotografia de capa

Museu Oscar Niemeyer, Curitiba/PR. Foto de Mauricio Mercer, sob licença Creative Commons.

INFORMAÇÕES:

Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil (COFSB)

Tel: (61) 3412-2145 Fax: (61) 3412-3198

SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL

Edifício Sede do Ministério da Fazenda, Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 2º andar

70048-900 - Brasília - DF

Correio Eletrônico: fsb@fazenda.gov.brHome Page: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/mais/fundo-soberano>

O Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil é encaminhado trimestralmente pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 10 da Lei nº 11.887/2008, e ao art. 11, caput e parágrafo único, do Decreto nº 7.055/2009. É permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que mencionada a fonte.

Esta publicação encontra-se disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, com acesso a exemplares anteriores.

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/fundo-soberano-brasil/relatorios-monitoramento>

Introdução

Em cumprimento ao disposto no art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) apresenta, trimestralmente, ao Congresso Nacional, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil (FSB) que deve ser composto por, no mínimo, o valor de mercado dos ativos que compõem a carteira do FSB, separando os ativos externos e internos, bem como sua variação acumulada no trimestre e nos últimos doze meses.

O Relatório de Desempenho apresenta ainda análise comparativa da carteira do Fundo em relação à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), rentabilidade mínima definida para as aplicações financeiras do FSB no Brasil. Informações gerenciais com maior nível de detalhamento, produzidas e monitoradas pelo FSB em conformidade com sua Política de Investimentos, são divulgadas semestralmente por meio dos Relatórios de Administração e Demonstrações Financeiras.

4

Valor de mercado dos ativos

Desde a criação do FSB, em 2008, até o presente momento, o Conselho Deliberativo do FSB (CDFSB) manteve a diretriz de alocar os recursos do FSB exclusivamente no país e, portanto, não existem aplicações em ativos externos (Carteira Efetiva Internacional).

Apresentam-se, a seguir, os valores de mercado dos ativos que compõem as carteiras de aplicações do FSB, bem como suas variações e rentabilidades verificadas no trimestre sob análise e nos últimos doze meses.

Tabela 1 – Valor dos Ativos do FSB (em Reais)

	31/12/2013	31/12/2014	Δ	30/09/2014	31/12/2014	Δ
1. CED - Carteira Efetiva Doméstica	246.331.314	467.419.758	89,75%	416.176.393	467.419.758	12,31%
1.1 Títulos prefixados	139.843.582	259.855.659	85,82%	235.865.100	259.855.659	10,17%
1.1.1 LTN	116.752.532	206.725.948	77,06%	187.191.627	206.725.948	10,44%
1.1.2 NTN-F	23.091.050	53.129.710	130,09%	48.673.473	53.129.710	9,16%
1.2 Títulos índice de preços (IPCA)	105.487.732	207.584.099	94,92%	180.311.295	207.564.099	15,11%
2. CEI - Carteira Efetiva Internacional	-	-	-	-	-	-
3. CE1 - Carteira Especial 1 (Banco do Brasil)	2.699.860.000	2.630.150.500	-2,58%	2.799.445.000	2.630.150.500	-6,05%
4. CE2 - Carteira Especial 2 (Conta Única)	13.697.875.481	15.248.837.668	11,32%	14.831.130.232	15.248.837.668	2,82%
5. Outros ativos (FFIE)	34.571.053	37.915.276	9,67%	37.276.375	37.915.276	1,71%
5.1 Disponível	55.455	999	-98,20%	50.592	999	-98,02%
5.2 Operações comprometidas	34.514.375	37.913.080	9,85%	37.224.590	37.913.680	1,85%
5.3 Provisões JSCP e Dividendos	-	-	-	-	-	-
5.4 Taxas diferidas CVM/Anbima	1.224	1.197	-2,19%	1.193	1.197	0,32%
FSB Total	16.678.637.848	18.384.323.202	10,23%	18.084.027.999	18.384.323.202	1,66%

Fonte: BB DTVM (CED, CE1 e outros ativos do FFIE) e Siafi (CE2).

Obs.: O valor dos ativos é equivalente ao patrimônio líquido do Fundo acrescido da taxa de administração e outros passivos.

JSCP - Juros sobre capital próprio.

Verificou-se, no quarto trimestre de 2014, um crescimento de 12,31% no valor de mercado da carteira de títulos públicos, em relação ao trimestre anterior. Contribuiu para esse crescimento da Carteira Efetiva Doméstica a alocação dos dividendos e juros sobre capital próprio originários da Carteira Especial 1 (Ações do Banco do Brasil) em títulos públicos, em consonância com as diretrizes da Política de Investimentos do FSB.

Tabela 2 – Rentabilidade Efetiva X Rentabilidade de Referência

Ativo	2014												Rentabilidade	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	3 meses	12 meses
CED	-1,24%	3,27%	0,62%	1,76%	2,97%	0,58%	1,13%	2,90%	-1,87%	1,89%	1,55%	-0,91%	2,07%	12,74%
CRD	-1,27%	3,20%	0,67%	1,81%	2,96%	0,52%	1,13%	3,03%	-1,95%	1,58%	1,58%	-0,87%	2,29%	12,96%
Δ Bench.	0,04%	0,07%	-0,05%	-0,06%	0,02%	0,05%	0,00%	-0,13%	0,08%	-0,18%	0,01%	-0,06%	-0,21%	-0,19%
CED Pré	-0,18%	2,16%	0,60%	1,31%	1,86%	0,93%	1,15%	1,62%	-0,81%	1,08%	1,15%	-0,07%	2,17%	11,29%
IRF - M	-0,18%	2,18%	0,63%	1,38%	1,84%	0,92%	1,13%	1,59%	-0,74%	1,14%	1,16%	-0,06%	2,25%	11,40%
Δ Bench.	-0,01%	-0,02%	-0,03%	0,09%	0,02%	0,01%	0,02%	0,03%	-0,07%	-0,05%	-0,01%	-0,01%	-0,07%	-0,10%
CED IPCA	-2,52%	4,60%	0,66%	2,28%	4,28%	0,17%	1,12%	4,49%	-3,22%	1,81%	2,13%	-1,96%	1,96%	14,26%
IMA - B	-2,55%	4,64%	0,71%	2,42%	4,27%	0,06%	1,13%	4,62%	-3,53%	2,08%	2,14%	-1,91%	2,28%	14,54%
Δ Bench.	0,03%	0,15%	-0,05%	-0,15%	-0,02%	0,11%	-0,02%	-0,31%	0,33%	-0,27%	-0,01%	-0,08%	-0,31%	-0,28%
RF FFIE*	-1,15%	3,23%	0,64%	1,67%	2,97%	0,59%	1,11%	2,89%	-1,90%	1,24%	1,58%	-0,94%	1,88%	12,43%
CE1	-14,39%	-0,25%	11,67%	2,68%	-2,35%	10,55%	11,55%	26,51%	-26,73%	9,60%	7,12%	-18,68%	-4,52%	4,31%
FFIE**	-13,14%	0,10%	10,38%	2,56%	-1,76%	9,29%	10,22%	23,76%	-24,28%	8,44%	5,40%	-16,45%	-3,60%	5,25%
CE2	1,05%	0,86%	0,88%	1,00%	0,95%	0,85%	0,94%	0,74%	0,77%	1,00%	0,85%	0,95%	2,82%	11,38%
FSB - Brasil	-1,48%	0,74%	2,37%	1,26%	0,49%	2,25%	2,59%	5,15%	-6,88%	2,33%	1,90%	-2,50%	1,67%	10,29%
TJLP	0,43%	0,39%	0,37%	0,39%	0,41%	0,39%	0,45%	0,41%	0,43%	0,44%	0,39%	0,43%	1,25%	5,02%
Δ Bench.	-1,90%	0,35%	1,99%	0,87%	0,08%	1,86%	2,14%	4,72%	-5,28%	1,88%	1,51%	-2,92%	0,40%	5,02%

Fonte: BB DTVM (CED, CE1 e outros ativos do FFIE), Sifli (CE2) e BACEN (TJLP)

Obs.: A rentabilidade é apurada considerando-se o regime de competência, enquanto o valor dos ativos é calculado pela posição de caixa. Portanto, as variações nos valores dos ativos serão diferentes das rentabilidades que considerarão, por exemplo, ativos que são de direito do FSB, mas que ainda não fazem parte da Conta Única ou do FFIE, tais como proventos do BB que serão pagos futuramente (ações ex-dividendos, por exemplo), ou rendimentos da Conta Única a serem creditados no próximo decêndio. Além disso, a rentabilidade é calculada diariamente pela Metodologia Time Weighted. As variações nos Valores dos Ativos (Tabela 1) desconsideram, por exemplo, as transferências de valores da carteira CE1, tais como proventos, para a compra de títulos públicos, na CED. Já as rentabilidades (Tabela 2) corrigirão estas distorções pela Metodologia Time Weighted, considerando os fluxos financeiros entre as subcarteiras.

Síglas: CED = Carteira Efetiva Doméstica; CRD = Carteira de Referência Doméstica; RF FFIE = Renda Fixa FFIE; CE1 = Carteira Especial 1 (Ações do Banco do Brasil); CE2 = Carteira Especial 2 (Aplicação na Conta Única);

* Inclui a CED, saldo de operações compromissadas e disponível.

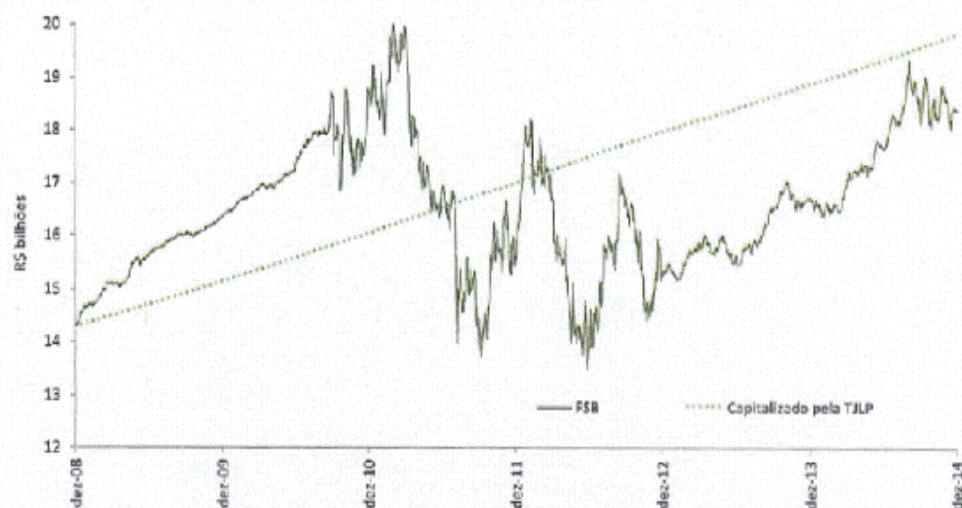
** Inclui a RF FFIE e CE1.

As aplicações realizadas na Conta Única do Tesouro Nacional (Carteira Especial 2) e na Carteira Efetiva Doméstica, no quarto trimestre de 2014, apresentaram rentabilidade de, respectivamente, 2,82% e 2,07%. Por sua vez, a Carteira Especial 1 apresentou rentabilidade de -4,52%, correspondente à variação verificada no valor de mercado das ações do Banco do Brasil no período e ao recebimento de proventos originários dessas participações. Sob a ótica global de seu portfólio, as aplicações do FSB apresentaram rentabilidade de 1,67% no último trimestre, com variação de 0,40 ponto percentual superior à TJLP no período.

Em cumprimento ao disposto no inciso II, do art. 3º, do Decreto nº 7.055, de 2009, o Gráfico 1 apresenta a evolução patrimonial dos ativos aplicados no Brasil comparada àquela que teria sido observada caso o aporte inicial dos recursos (dezembro de 2008) tivesse sido integralmente investido em ativos remunerados pela TJLP.

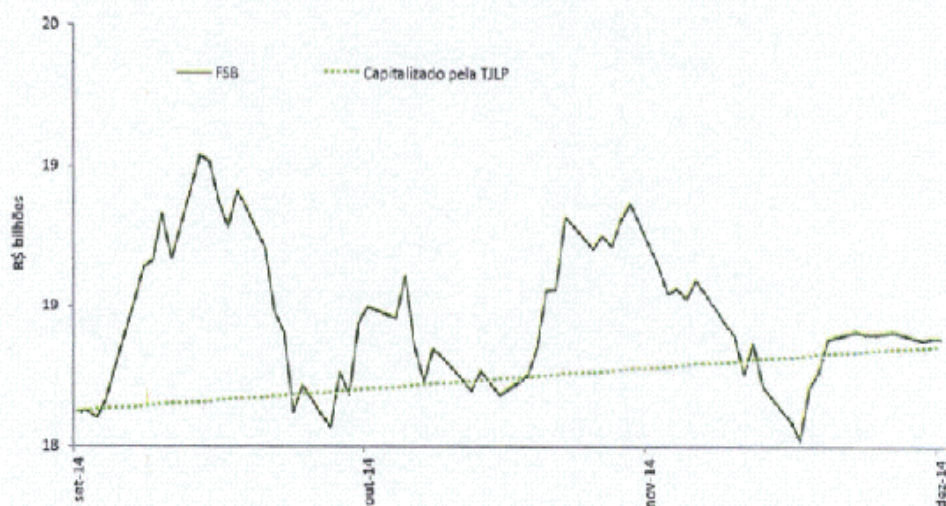
6

Gráfico 1 – Ativos no Brasil X Patr. Valorizado pela TJLP - Histórico



O Gráfico 2, por sua vez, traz a mesma evolução comparativa, considerando somente o desempenho do 4º trimestre de 2014.

Gráfico 2 – Ativos no Brasil X Patr. Valorizado pela TJLP - no Trimestre



Fonte dos Gráficos 1 e 2: BB DTVM (CED, CE1 e outros ativos do FFIE), Siafi (CE2) e BACEN (TJLP).

Para mais informações sobre o Fundo Soberano do Brasil, acesse:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorios-de-monitoramento>



Ministério da
Fazenda



(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Calendário de tramitação do AVN 4/2015 (art. 120, Res. 1 de 2006-CN)

Leitura: 6/4/2015

Até 11/04/2015	prazo para publicação da matéria;
Até 26/04/2015	prazo para apresentação de relatório;
Até 04/05/2015	prazo para apresentação de emendas ao relatório; e
Até 11/05/2015	prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

O aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

TÉRMINO DE PRAZO

Término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 03 de abril do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 655, de 2014**, que teve seu término de vigência ocorrido em 02 de fevereiro de 2015.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

COMUNICAÇÃO

A Presidência do Senado Federal recebeu o **Memorando nº 33**, do Senador Randolfe Rodrigues, por meio do qual comunica a impossibilidade de representar o Senado Federal, por meio da Comissão Parlamentar Externa Venezuela, destinada a acompanhar as circunstâncias em que ocorreram e os desdobramentos da prisão do prefeito da cidade de Caracas, Sr. Antônio Ledezma, no período de 6 a 10 de abril de 2015, conforme Requerimento nº 77, de 2015.

O Ofício vai à publicação.

É o seguinte o memorando:

Memorando nº 33/2015/GSRROD

Brasília, 30 de março de 2015

Assunto: impossibilidade de atender a indicação para compor Comissão Externa de Senadores conforme Portaria do Presidente nº 12 de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, informo ter tomado conhecimento nesta tarde da minha designação para compor a Comissão Externa do Senado Federal que irá à Venezuela para estabelecer diálogos e verificar *in loco* a situação daquela nação amiga, conforme Requerimento nº 77, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Agradecido com a deferência da indicação, sobretudo, por reconhecer a importância da Venezuela para a América Latina, suas relações com o Brasil e do Congresso Nacional brasileiro em contribuir para uma solução pacífica dos conflitos internos na nação amiga, muito me honraria representar o Senado Federal.

Infelizmente, tendo em vista compromissos políticos assumidos anteriormente, no Senado Federal e em meu Estado, para a mesma semana da visita à Venezuela, comunico a impossibilidade de assumir esta importante missão.

Certo da compreensão de Vossa Excelência, externo meus votos de consideração e de pleno êxito à Comissão Representativa do Senado Federal na viagem à Venezuela. – Senador **Randolfe Rodrigues**.

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– **Aviso nº 314-GP/TCU, de 2015**, da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópias dos Acórdãos nºs 1.847/2012, 2.971/2012 e 1.609/2014 proferidos pelo Plenário do Tribunal, acerca de auditoria nas obras que mencionam.

São os seguintes o Aviso e os Acórdãos:

Aviso nº 314 - GP/TCU

Brasília, 31 de março de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia dos Acórdãos nºs 1.847/2012, 2.971/2012 e 1.609/2014, proferidos pelo Plenário desta Corte, nos autos do processo nº TC-010.137/2009-3, acompanhados dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam.

Respeitosamente, - **Raimundo Carreiro**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ACÓRDÃO Nº 1847/2012 – TCU – Plenário

1. Processo TC 010.137/2009-3.
- 1.1. Apenso: 010.562/2010-9
2. Grupo I – Classe V – Relatório de Levantamento
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal; Governo do Distrito Federal; Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil; Congresso Nacional.
 - 3.2. Responsáveis: Alexandre F. Bispo de Oliveira (636.122.401-53); Alexandre Gonçalves (041.582.706-00); Alexandre Lacerda (221.788.051-91); Celso Roberto Machado Pinto (057.116.301-72); Felix Vieira de Almeida (000.180.581-91); José Luis A. Gonçalves (656.354.428-20); Luiz Henrique Freire Duarte (002.018.711-49); Luiz Rogério Pinto Gonçalves (360.993.506-59); Márcio Edvandro Rocha Machado (196.093.296-91); Oberdan Barros de Melo (132.579.866-53); Carlos Alberto Valente Viana (000.160.037-5); Fábio José Areias da Silva (430.320.280-00); Paulo Henrique Monteiro Daroz (274.700.718-90); Ítalo Bruno Fernandes Neves (025.425.454-30); José Francineudo da Silva (382.166.043-00)
4. Unidade: Administração Regional de Brasília – GDF.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (Secex/6).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria do Fiscobras 2009 (Fiscalis 86/2009) em obras do Governo do Distrito Federal – GDF para construção de 1.290 unidades habitacionais na Vila Estrutural, no âmbito da ação “Urbanização de Assentamentos Precários – DF” (PT 15.451.1128.10S3.0053).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 43, inciso II, e o art. 58, inciso II em:

9.1 acolher as razões de justificativas apresentadas por:

9.1.1 Carlos Alberto Valente Viana, Fábio José Areias da Silva, Paulo Henrique Monteiro Daroz, Ítalo Bruno Fernandes Neves e José Francineudo da Silva, responsáveis de supervisão e fiscalização dos contratos no âmbito da Caixa, em relação ao item 9.4.1 do Acórdão 2.213/2009 – TCU – Plenário (itens 172 a 192 do Relatório);

9.1.2 Márcio Edvandro Rocha Machado, em relação ao item 9.3.1.3 do Acórdão 2.213/2009 – TCU – Plenário (itens 114 a 121 do Relatório);

9.1.3 José Luis A. Gonçalves, Luiz Henrique Freire Duarte, Celso Roberto Machado Pinto, Alexandre F. Bispo de Oliveira e Alexandre Gonçalves, em relação ao item 9.3.2.3 do Acórdão 2.213/2009 – TCU – Plenário (itens 114 a 121 do Relatório);

9.1.4 Félix Vieira de Almeida, assessor de cadastro e licitação da Novacap, em relação ao item 9.3.5.3 do Acórdão 2.213/2009 – TCU – Plenário (itens 114 a 121 do Relatório);

9.1.5 Oberdan Barros de Melo, em relação ao item 9.3.6.2 do Acórdão 2.213/2009 – TCU – Plenário (itens 122 a 125 do Relatório);

9.2 rejeitar as razões de justificativas apresentadas por:

9.2.1 Márcio Edvandro Rocha Machado, Secretário de Obras do Distrito Federal, na condição de autoridade gestora, adjudicadora e contratadora, em relação aos itens 9.3.1.1, 9.3.1.2, 9.3.1.4 e 9.3.1.5 do Acórdão 2.213/2009 – TCU – Plenário (itens 0, 0, 0, 86, 104, 133 e 146 do Relatório);

9.2.2 José Luis A. Gonçalves, Luiz Henrique Freire Duarte, Celso Roberto Machado Pinto, Alexandre F. Bispo de Oliveira e Alexandre Gonçalves, diretores da Novacap, em relação aos itens

9.3.2.1, 9.3.2.2 e 9.3.2.4 do Acórdão 2.213/2009 – TCU – Plenário (itens 53, 74, 80, 86, 104 e 133 do Relatório);

9.2.3 Alexandre Lacerda, engenheiro da Novacap, responsável pela fiscalização dos serviços contratados, em relação aos itens 9.3.3.1 e 9.3.3.2 do Acórdão 2.213/2009 – TCU – Plenário (itens 170 e 196 do Relatório);

9.2.4 Luiz Rogério P. Gonçalves, chefe da fiscalização de obras da Novacap, responsável pela fiscalização dos serviços contratados em relação ao item 9.3.4 do Acórdão 2.213/2009 – TCU – Plenário (item 160 do Relatório);

9.2.5 Félix Vieira de Almeida, assessor de cadastro e licitação da Novacap, em relação aos itens 9.3.5.1, 9.3.5.2 e 9.3.5.4 do Acórdão 2.213/2009 – TCU – Plenário (itens 53, 74, 80, 86, 113 e 133 do Relatório);

9.2.6 Oberdan Barros de Melo, chefe da Assessoria Jurídica da Novacap, em relação aos itens 9.3.6.1 e 9.3.6.3 do Acórdão 2.213/2009 – TCU – Plenário (itens 67, 77, 83, 89 e 137 do Relatório);

9.3 aplicar aos responsáveis as multas abaixo previstas no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c o art. 250, § 2º, e 268, inciso II, ambos do Regimento Interno deste Tribunal, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do mencionado Regimento), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do Acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.3.1. Márcio Edvandro Rocha Machado – R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

9.3.2. José Luís A. Gonçalves – R\$ 3.000,00 (três mil reais);

9.3.3. Luiz Henrique Freire Duarte – R\$ 3.000,00 (três mil reais);

9.3.4. Celso Roberto Machado Pinto – R\$ 3.000,00 (três mil reais);

9.3.5. Alexandre F. Bispo de Oliveira – R\$ 3.000,00 (três mil reais);

9.3.6. Alexandre Gonçalves – R\$ 3.000,00 (três mil reais);

9.3.7. Alexandre Lacerda – R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

9.3.8. Luiz Rogério P. Gonçalves – R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

9.3.9. Félix Vieira de Almeida – R\$ 3.000,00 (três mil reais);

9.3.10. Oberdan Barros de Melo – R\$ 3.000,00 (três mil reais).

9.4 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas mencionadas nos subitens anteriores, caso não atendidas as notificações;

9.5. **dar ciência** do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Voto e Relatório que o fundamentam, ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal e ao Governo do Distrito Federal, especificamente, à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras do DF;

9.6. **arquivar** os presentes autos.

10. Ata nº 27/2012 – Plenário.

11. Data da Sessão: 18/7/2012 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1847-27/12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carneiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bernquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

BENJAMIN ZYMLER

Presidente

(Assinado Eletronicamente)

AROLDO CEDRAZ

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

LUCAS ROCHA FURTADO

Procurador-Geral

ACÓRDÃO Nº 2971/2012 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 010.137/2009-3.
- 1.1. Apenso: 010.562/2010-9
2. Grupo II – Classe I – Embargos de Declaração (Relatório de Levantamento de Auditoria)
3. Interessados: Celso Roberto Machado Pinto (057.116.301-72); Luiz Rogério Pinto Gonçalves (360.993.506-59); Márcio Edvandro Rocha Machado (196.093.296-91)
4. Unidade: Administração Regional de Brasília – GDF.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (Secex/6).
8. Advogado constituído nos autos: João Pedro da Costa Barros – OAB/DF 17.757-A; Cristiane Lima Coutinho – OAB/DF 18.479; Matheus de Castro Lima – OAB/DF 10.452-E

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Embargos de Declaração opostos por Márcio Edvandro Rocha Machado contra Acórdão 1.847/2012-Plenário, que lhe imputou multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) , em razão de ter adjudicado o objeto da Concorrência 46/2008-Ascal/Pres, ainda que seu edital contivesse critérios de habilitação restritivos à competitividade, e de ser responsável pela execução e fiscalização das obras decorrentes dos contratos 296/2008-SO, 299/2008-SO e 300-2008-SO, nas quais foi observado sobrepreço.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, negar-lhes provimento.

9.2. conhecer como meras petições os pedidos de prorrogação de prazo apresentados por Celso Roberto Machado Pinto e Luiz Rogério Pinto Gonçalves;

9.3. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos interessados.

10. Ata nº 44/2012 – Plenário.

11. Data da Sessão: 31/10/2012 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2971-44-12-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Valmir Campelo, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
AUGUSTO NARDES
na Presidência

(Assinado Eletronicamente)
AROLD CEDRAZ
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

ACÓRDÃO Nº 1609/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.137/2009-3.

1.1. Apenso: 010.562/2010-9

2. Grupo I – Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (Relatório de Levantamento)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Congresso Nacional (vinculador); Governo do Distrito Federal (07.187.000/0001-91); Novacap/Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (00.037.457/0001-70)

3.2. Responsáveis: Alexandre F. Bispo de Oliveira (636.122.401-53); Alexandre F. Bispo de Oliveira I (024.976.059-20); Alexandre Gonçalves (041.582.706-00); Alexandre Gonçalves I (001.994.716-06); Alexandre Lacerda (221.788.051-91); Carlos Alberto Valente Viana (000.160.037-05); Celso Roberto Machado Pinto (057.116.301-72); Felix Vieira de Almeida (000.180.581-91); Fábio José Arcias da Silva (430.320.280-00); José Francineudo da Silva (382.166.043-00); José Luis A. Gonçalves (636.354.428-20); José Luis A. Gonçalves (000.958.887-64); Luiz Henrique Freire Duarte (002.018.711-49); Luiz Rogério P. Gonçalves (364.726.974-34); Luiz Rogério Pinto Gonçalves (360.993.506-59); Marcio Edvandro Rocha Machado (196.093.296-91); Maria Fernanda Ramos Coelho (318.455.334-53); Novacap/companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (00.037.457/0001-70); Oberdan Barros de Melo (132.579.866-53); Paulo Henrique Monteiro Daroz (274.700.718-90); Ítalo Bruno Fernandes Neves (025.425.454-50)

3.3. Recorrentes: Oberdan Barros de Melo (132.579.866-53); Alexandre Lacerda (221.788.051-91); Marcio Edvandro Rocha Machado (196.093.296-91).

4. Órgão/Entidade: Administração Regional de Brasília - GDF.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Advogados constituídos nos autos: Matheus de Castro Lima (OAB/DF 38.325), Mariana Koury Veloso (OAB/DF 20.734) e outros.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão 1.847/2012–TCU–Plenário, mantido pelo Acórdão 2.971/2012–TCU–Plenário.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos pelos Srs. Alexandre Lacerda e Oberdan Barros de Melo contra o Acórdão 1.847/2012–TCU–Plenário, mantido pelo Acórdão 2.971/2012–TCU–Plenário, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. conhecer do pedido de reexame interposto pelo Sr. Márcio Edvandro Rocha Machado contra o Acórdão 1.847/2012–TCU–Plenário, mantido pelo Acórdão 2.971/2012–TCU–Plenário, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, reduzindo-se o valor da multa aplicada para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.2. deferir o parcelamento, em 8 vezes, da multa aplicada ao Sr. Alexandre Lacerda, nos termos dos artigos 217 e 218 do Regimento Interno do TCU, esclarecendo que, se requerido, pode ser parcelada em 36 vezes, de acordo com esse mesmo artigo 217;

9.3. dar ciência da presente deliberação aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata nº 22/2014 – Plenário.

11. Data da Sessão: 18/6/2014 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1609-22/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e Walton Alencar Rodrigues.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

(Assinado Eletronicamente)

RAIMUNDO CARREIRO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral

O aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Passo a palavra, para início dos trabalhos, para o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{ma} Srª Presidente desta sessão, Senadora Gleisi Hoffmann, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, se a atual crise econômica brasileira afeta o País como um todo, significativos são os prejuízos que ela causa à Região Nordeste e, particularmente, aos Estados mais carentes e com menor possibilidade de investimento, como é o caso de Alagoas.

Esse cenário nos remete a quatro grandes temas prioritários que demandam atenção por parte do Governo Federal: primeiro, a dívida dos Estados com a União; segundo, a subvenção aos fornecedores de cana-de-açúcar; terceiro, os contratos de energia elétrica entre a Chesf e as indústrias de base do Nordeste, e, quarto, as obras do PAC na região.

Inicialmente, Srª Presidente, é incompreensível para a grande maioria desta Casa a decisão do Governo Federal em descumprir a Lei Complementar nº 148, de 2014, que estabeleceu a mudança do indexador da dívida pública dos Estados e Municípios, sancionada em novembro último pelo próprio Executivo federal. Será que teremos que aprovar uma nova lei para o Governo cumprir a lei anterior? Num país que almeja credibilidade e segurança jurídica, isso é inconcebível!

As bases do acordo entre o Congresso Nacional e o Governo Federal que permitiu a aprovação da lei criariam um novo horizonte para o desenvolvimento socioeconômico de Alagoas. Hoje, o Estado paga mensalmente à União mais de R\$50 milhões do chamado serviço da dívida pública, cujo montante total é hoje superior a R\$9 bilhões.

Ao mudar o indexador da dívida com a União, a nova previsão legal aliviaria a situação fiscal de todos os entes federados, incluindo Alagoas e seus Municípios. Isso porque o indexador passaria a ser a taxa Selic ou o IPCA, o que for menor, mais 4% de juros, em vez do IGP-DI, mais entre 6% e 9% ao ano, o que hoje está em vigor. A lei garante ainda a correção retroativa do saldo devedor pela variação acumulada da Selic, desde a assinatura dos contratos.

Em diversas ocasiões, Srª Presidente, tenho me manifestado sobre a necessidade de alteração desse indexador, constante do contrato de rolagem da dívida pública dos Estados. No caso de Alagoas – e, diga-se, da maioria dos entes federados –, o atual contrato consagrou o endividamento como algo simplesmente impagável, além de ter agravado a sangria do Tesouro estadual, que precisa alavancar e construir seu desenvolvimento. Trata-se, na verdade, de devolver a Alagoas a dignidade mínima de sua capacidade de investimento perdida.

A segunda questão, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, refere-se ao pagamento da subvenção aos fornecedores de cana-de-açúcar.

Na semana passada, tive a informação do Ministro do Planejamento de que, com a revalidação da Medida Provisória nº 666, de 2014, que trata da questão, a subvenção passou a integrar os “restos a pagar” do Governo Federal. Contudo, a luta continua no sentido de viabilizar não só essa disponibilidade financeira, mas, principalmente, a respectiva dotação orçamentária, de modo que o repasse de R\$622 milhões chegue aos produtores de cana do Nordeste. A liberação das verbas permitiria compensar os prejuízos causados pela estiagem e, principalmente, estabilizar um segmento econômico determinante para a região. Afinal, são 21 mil fornecedores de cana no Nordeste, dos quais 7.500 fornecedores somente em Alagoas, que é um dos maiores produtores de açúcar e álcool do Brasil e que, ansiosamente, aguarda por essa liberação de recursos.

No caso de Alagoas, a expectativa é de que sejam repassados cerca de R\$200 milhões, o que significará proteger a economia do Estado e manter os empregos dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro.

A ênfase que tenho dado a este tema, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, justifica-se pelo fato de que tanto a palavra do Governo como a própria medida provisória acabam se diluindo dentro do turbilhão de incertezas que teimam em contaminar o panorama econômico nacional. Não sem razão, os fornecedores de cana-de-açúcar, essenciais no segmento sucroalcooleiro pelos milhares de empregos que geram, encontram-se apreensivos e, ao mesmo tempo, frustrados pela ausência concreta da solidariedade governamental. Soma-se a isso o agravamento do quadro em função da entressafra que se estende até o mês de setembro. Assim, volto a frisar: é preciso que se honre o compromisso feito pelo Governo com esse fundamental setor econômico nordestino e, por conseguinte, do meu Estado, Alagoas.

O terceiro tema prioritário, Srª Presidente, refere-se à prorrogação dos contratos diferenciados de energia elétrica firmados entre as diversas empresas e a Chesf, cujas alíquotas estão sendo revisadas pelo Governo Federal. O fato é que, em função do aumento do custo de energia afetando um setor que historicamente funcionou como importante instrumento de consolidação do parque industrial nordestino, o Governo assumiu o compromisso de apresentar, até o final do próximo mês de junho, uma alternativa aos segmentos industriais

denominados eletrointensivos, ou seja, os setores em que a energia elétrica tem grande peso no processo de produção.

Com esse propósito, inclusive, encaminhei ofício à Srª Presidente da República e tratei pessoalmente da questão com o Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil.

Srª Presidente, para demonstrar o impacto financeiro a ser gerado com a não prorrogação das alíquotas dos contratos, as empresas da moderna indústria de base são responsáveis hoje por 20% do Produto Interno Bruto, de R\$16 bilhões, da Região Nordeste e também por cerca de 145 mil empregos diretos e indiretos. No caso de Alagoas, por exemplo, serão sacrificadas várias cadeias produtivas, como a das indústrias química e do plástico. Somente a planta de cloro-soda, que permitiu a implantação das indústrias de MVC e PVC no Estado – a maior da América Latina e que tornou Alagoas o maior produtor de PVC do continente – consome 45% de toda a energia comercializada pela Eletrobras Distribuição Alagoas. Segundo cálculos, o fim do incentivo deve encarecer em até 40% a produção industrial, ou seja, uma verdadeira perversidade para a competitividade e os investimentos, além de uma ameaça à manutenção dos empregos qualificados do setor e à própria formação de mão de obra. Ao não dedicar uma atenção especial a este contexto, estaremos condenando a economia alagoana a uma crise sem precedentes e que fatalmente vai gerar a desindustrialização do Estado, com efeitos profundos na geração de emprego e na renda pelas próximas décadas.

Novamente, em função do cenário econômico desfavorável que já se apresenta, estamos diante de mais uma incerteza para grande parcela geradora de emprego e renda no País, com destaque para o Nordeste. Enquanto o Governo não apresentar a alternativa que prometeu para, ao menos, amenizar os impactos do reajuste dos contratos, só nos resta cobrar das autoridades, mais uma vez, a atenção e a prioridade que o assunto requer. Afinal, a não prorrogação dos contratos dos consumidores industriais da Chesf terá a perversa consequência de permitir que mais energia competitiva migre do Nordeste brasileiro para outras regiões, naturalmente, mais ricas do País.

Por fim, uma última questão que também nos traz grande preocupação, é o risco que correm as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, na região Nordeste.

O panorama que se começa a perceber é a desaceleração e até mesmo a paralisação de canteiros de obras fundamentais para a infraestrutura de toda a região. A própria declaração da Presidente da República, em reunião com os governadores do Nordeste, trouxe um condimento a mais ao clima de incertezas, na medida em que o Governo passou a vincular os repasses de recursos para a continuidade das obras à aprovação do ajuste fiscal. Eu me pergunto: como isso poderá acontecer, se uma das medidas adotadas no ajuste fiscal do Governo é o contingenciamento de recursos destinados exatamente ao financiamento do próprio PAC? Ou seja, é uma decisão política cuja equação, convenhamos, não fecha.

Realizações como a integração do Rio São Francisco, o maior empreendimento de infraestrutura do País, cujos recursos são totalmente financiados pelo PAC, além de construções que afetam diretamente o Estado de Alagoas, como a do Canal do Sertão e obras de saneamento básico, encontram-se hoje com sua continuidade e conclusão comprometidas. Da mesma forma, outros importantes empreendimentos, como a conclusão da duplicação da BR-101, do Programa Minha Casa, Minha Vida e de obras do setor de transportes, mais especificamente as Ferrovias Norte-Sul e Transnordestina, estão há décadas em construção e, agora, encontram-se sem perspectivas de finalização.

Apenas para dar uma noção do montante de recursos que hoje está ameaçado, lembro que, para 2014, quando eu exercia a Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, havia uma previsão de investimentos em Alagoas, somente do PAC 2, da ordem de R\$9,8 bilhões. A previsão era de R\$9,8 bilhões! Apesar de todos os esforços, a meta não foi cumprida, como gostaríamos, e está agora mais prejudicada pelas medidas que se anunciam.

Em suma, essas quatro grandes questões aqui trazidas compõem apenas o mosaico imediato e perceptível de prioridades para a economia de Alagoas e do Nordeste. A ele podemos somar um quinto componente de dificuldades: o impedimento que Estados e Municípios poderão passar a ter – esperamos que isso não ocorra, mas há essa iminente possibilidade – em contrair empréstimos junto a instituições como BID e BIRD para obras de infraestrutura, pois, ao que se anuncia, não receberão autorização da equipe econômica.

Novamente, afeta-se o Pacto Federativo, na medida em que, com as restrições financeiras para a implantação do ajuste fiscal, o Governo Federal acabará restringindo a autonomia e a possibilidade de acordos dos demais entes federados junto a organismos internacionais

Assim, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que se espera é que essa verdadeira camisa de força não seja posta e, menos ainda, imposta à economia dos Estados e dos Municípios. Mas, infelizmente, se não forem tomadas medidas urgentes e se não forem promovidas mudanças de postura, o futuro não será promissor. Senão, vejamos o cenário que se apresenta diante de nós: sem o repasse das subvenções aos fornecedores de

cana-de-açúcar, sem a repactuação dos contratos dos chamados eletrointensivos, sem a mudança do indexador da dívida pública dos Estados e sem a garantia da continuidade das obras do PAC, tudo isso certamente agravará ainda mais a queda de arrecadação tributária, como a do ICMS e a dos já combalidos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, e engessará, assim, qualquer possibilidade que ainda exista de os Governos estaduais e Prefeituras manterem os serviços básicos de atendimento à população.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, são essas e outras preocupações que hão de aparecer e de se concretizar se o Governo Federal não mostrar capacidade de se reinventar. Sob o prisma de um cenário maior, a verdade é que a conjugação da redução concomitante de componentes e de fatores básicos da economia, como o investimento, a produção, o consumo, o emprego e a renda, fatalmente nos levará ao conhecido círculo vicioso que não permitirá escaparmos da recessão e, pior, da estagnação econômica. Que isso não ocorra é o que todos desejamos.

Para superar esta crise, não basta o ajuste fiscal na medida certa. Mais do que aumentar a arrecadação, o Governo precisa cortar os gastos de custeio, reduzindo sua máquina administrativa, racionalizando suas despesas, planejando melhor suas políticas públicas e revendo suas prioridades. Só assim, o Governo manterá sua capacidade de investir, de repassar recursos, de garantir o emprego e a renda da população, para, em consequência, permitir que a economia volte a crescer.

Por tudo isso, devemos, sim, conclamar governos, setores produtivos e sociedade para unirem esforços, encontrarem alternativas e, assim, viabilizarem a recuperação econômica do País, começando pelas regiões mais vulneráveis e menos favorecidas, como é o Nordeste e o meu Estado de Alagoas.

São essas, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as minhas ponderações, e é este o meu apelo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Cumprimento o Senador Fernando Collor pelo pronunciamento.

Tenho certeza, Senador, de que algumas medidas tomadas pelo Governo, embora sejam duras, são necessárias para que restabeleçamos o crescimento econômico e também o equilíbrio nas contas públicas. A Presidenta sempre prezou muito pelos programas de desenvolvimento e de investimento.

Agradeço-lhe o pronunciamento.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a **Mensagem nº 83, de 2015**, autuada como MCN nº 4/2015, que encaminha, nos termos do art. 84, inciso XXIV, e do art. 49, inciso IX, da Constituição e do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Prestação de Contas da Presidente da República referente ao exercício financeiro de 2014. (A matéria encontra-se publicada em suplemento ao presente diário **vide item 3.1**)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A matéria, a qual integra uma mídia digital, será encaminhada ao Tribunal de Contas da União, a fim de receber parecer prévio, conforme inciso I do art. 71 da Constituição Federal.

Será feita a publicação do conteúdo integral da mídia em Suplemento ao *Diário do Senado Federal*.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Convido o Senador Lindbergh Farias para assumir esta Presidência, enquanto eu me dirijo à tribuna do plenário.

A Srª Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, os que nos ouvem pela Rádio Senado e os que nos assistem pela TV Senado, hoje quero falar um pouquinho da situação do meu Estado, o Estado do Paraná.

Na última quarta-feira, aliás um dia bastante sugestivo, 1º de abril, o Governador do Paraná, Beto Richa, consolidou mais uma grande injustiça com a população paranaense. Depois de ter passado toda a campanha eleitoral assegurando que as contas paranaenses estavam arrumadas, o Governador Beto Richa, através de um tratoação, desfez um grande pacto tributário promovido em 2008 pelo então Governador Roberto Requião com todos os contribuintes do Paraná. Essa desfeita do pacto tributário aconteceu no final do ano passado e entrou em vigor exatamente agora, no dia 1º de abril.

Lembremos que, em 2008, foi realizada uma minirreforma tributária no Estado do Paraná, que reduziu o imposto de bens de consumo em troca do aumento das alíquotas da gasolina (de 26% para 28%) e de energia elétrica, telecomunicações, juntamente com bebidas alcoólicas e cigarros (de 27% para 29%).

Lembro-me de que, à época, fiz críticas ao Governador sobre a elevação da tributação sobre combustíveis, sobre a energia elétrica e sobre as telecomunicações, que são essenciais para o desenvolvimento econômico. Pois agora, com todas as dificuldades que já apontávamos no ano passado para fechar as contas estaduais, o Governo Beto Richa não apenas elevou as alíquotas que haviam sido reduzidas em 2008, em troca do aumento das alíquotas dos bens que mencionei – telecomunicações, energia e combustíveis –, como também aumentou a alíquota do ICMS incidente sobre a própria gasolina, que foi de 28% para 29%.

É interessante o fato de que, quando se fala do aumento da gasolina, isso fica na conta do Governo Federal, que foi o reequilíbrio da Cide. No entanto, esse impacto do ICMS sobre a gasolina no Estado é muito forte para o preço final ao contribuinte.

Aliás, sobre o assunto, para que fique registrado nos *Anais do Senado*, passo a ler trecho da coluna Bole-
tim, publicada ontem por Guido Orgis no jornal *Gazeta do Povo*, do meu Estado, cujo título é “Injustiça no ICMS”:

Entrou em vigor na última semana uma das maiores injustiças tributárias dos últimos tempos. Foi aqui no Paraná [diz o colunista] e nada tem a ver com o ajuste fiscal do Governo Federal. [Vou ler de novo: e nada tem a ver com o ajuste fiscal do Governo Federal.] Ao elevar o ICMS de milhares de produtos, o Governador Beto Richa quebrou um trato entre Estado e contribuintes feito em 2009. Na época, o ICMS desses produtos foi reduzido em troca de elevação no tributo de energia e combustíveis. O acordo foi desfeito.

A alta do ICMS é diferente do que o Governo Federal fez até agora.

“A alta do ICMS é diferente do que o Governo Federal fez até agora”, releio, porque o colunista é crítico também com o Governo Federal. Mas notem que ele o faz com ênfase, para mostrar a diferença entre o que a Presidenta Dilma fez em termos de tributos e o que o Governador Beto Richa está fazendo no Paraná. Diz ele:

Tirar subsídios, como o da gasolina (a redução da Cide, por exemplo, foi para conter a inflação) e dos empréstimos do BNDES é desfazer [é a visão do colunista] uma distorção que não funcionou para seu propósito inicial. A sociedade aceitou esses subsídios em troca de crescimento econômico e redução do desemprego. As distorções [no entender dele] foram piores do que se nada tivesse sido feito. No Paraná, a reforma do ICMS de 2009 tinha duas razões: melhorar a arrecadação, já que a concentração em dois grandes contribuintes (Copel e Petrobras) reduziria perdas com a sonegação, e diminuir o custo de produtos de consumo. Não há comprovação de que o impacto da troca na carga tributária foi neutro [com certeza, o contribuinte pagou mais pela energia e pela gasolina], mas pelo menos [na visão do colunista] não há razões para dizer que foi criada uma distorção negativa. Energia e combustíveis pagam muitos impostos em todos os Estados, e o caminho para solucionar esse componente do custo Brasil não é simples.

Durante a campanha, o Governador Beto Richa afirmou que “a casa estava arrumada” e, em nenhum momento, sugeriu que quebraria o modelo de ICMS criado em 2009. É hora de ele mostrar quais gastos vai cortar e comprovar que a tesoura é tão eficiente quanto o tratoração, porque não há como apertar mais o contribuinte.

Sr. Presidente, com o reajuste do imposto estadual, os preços de mais de 95 mil itens de produtos de consumo popular vão subir para o consumidor final, dentre eles alimentos, produtos de higiene pessoal, materiais escolares, roupas, calçados, eletrodomésticos, máquinas e equipamentos, automóveis e gás de cozinha. Alguns itens deixarão de ter isenção de ICMS e passarão a ser taxados em 12%. Não tinham nenhuma alíquota de ICMS incidente e serão taxados em 12%. Outros artigos, Senador Fernando Bezerra, passam a ter o imposto majorado de 12% para 18% ou 25%.

O aumento de ICMS no Paraná seguramente será repassado aos preços e terá impacto significativo no bolso dos paranaenses. Fala-se na redução de cerca de R\$800 milhões no poder de compra da população em um ano.

O impacto no IPCA da Região Metropolitana de Curitiba pode chegar a 1,45 ponto percentual, inflando um índice que, até fevereiro, acumulava alta de 7,93% em um ano.

O peso do tributo estadual em itens como roupas, artigos de higiene pessoal, móveis e eletrodomésticos aumentou 50%.

De qualquer forma, um aumento de seis pontos percentuais é demasiadamente relevante. Dentro dos setores de comércio e de distribuição, são raros os segmentos que conseguem chegar a uma margem de lucro de 6%. As empresas não têm como absorver essa alta do imposto.

Segundo o Departamento Econômico da FIEP, os produtos com alíquota elevada de 12% para 18% vão ficar, em média, 7,32% mais caros.

No caso da gasolina, cujo ICMS subiu de 28% para 29%, o efeito da alta do ICMS no preço é de quase 1,5%.

No caso do GLP, ou gás de cozinha, que é essencial na vida de todas as pessoas, com o aumento de 12% para 18%, o Paraná passa a cobrar a maior alíquota do País dessa mercadoria. Vou repetir aqui: com o aumento de 12% para 18%, o Paraná passa a cobrar a maior alíquota do País para o gás GLP. Nas contas do presidente nacional do Sindigas, que representa as distribuidoras de GLP, Sérgio Bandeira de Mello, os preços ao consumidor devem subir de 7% para 11%. Até a semana passada, o preço médio do botijão de 13 quilos era R\$39,80, em Curitiba, e R\$44,00 no resto do Paraná. Poderão chegar agora a R\$44,00, em Curitiba, e a R\$49,00 no restante do Paraná. E não vai só subir o imposto do botijão de 13 quilos, mas de todo o gás comprado por padarias, churrascarias, condomínios. Um aumento que seguramente levará a outros aumentos.

Para piorar, como os três Estados vizinhos do Paraná continuam cobrando ICMS de 12% sobre o GLP, nós podemos esperar um prejuízo para os distribuidores de cidades próximas às divisas estaduais. Obviamente que o paranaense vai procurar comprar o gás mais barato e vai comprar em outro Estado que tenha uma cidade de fronteira. Isso, inclusive, vai implicar também um efeito arrecadatário, porque, se vai comprar menos, também diminui a arrecadação.

Outro problema foi apontado pelo superintendente da Associação Paranaense de Supermercados (Apras), Valmor Rovaris, ao afirmar, segundo a imprensa, que o impacto negativo da elevação de alíquotas será mais forte para os produtos submetidos à substituição tributária.

Aliás, nós discutimos aqui, na semana passada, um projeto de lei do Senador Roberto Requião – lembro-me do pronunciamento que V. Ex^a fez, Senador Fernando Bezerra, pela justiça daquele projeto, de que tive a honra de ser a relatora –, que era voltar aos produtos comercializados por pequenos e micros; terem a alíquota de apenas 3,95%, e não entrarem na substituição tributária. Aprovamos aqui – aliás, aprovamos por unanimidade; mesmo a Bancada da Oposição, o PSDB, que estava reticente, aprovou o projeto – e encaminhamos para a Câmara dos Deputados.

Qual é a nossa surpresa? Na semana passada, o Governador Beto Richa esteve em Brasília, mas não foi para se reunir com a Bancada do Paraná, porque veio a Vice-Governadora se reunir, tampouco foi para termos audiência com o Ministro de Portos para tratar da Poligonal do Porto de Paranaguá ou com qualquer outro Ministro para tratar dos interesses do Paraná. Veio aqui, quase na surdina, sem a companhia de nenhum Parlamentar – pelo menos não vi nenhum na foto que depois divulgaram –, e teve uma reunião com o Presidente da Casa, com o Deputado Eduardo Cunha, para pedir que a Câmara não colocasse em votação o projeto. Segundo ele, esse projeto do Senador Roberto Requião, relatado por mim aqui, no Senado, iria trazer uma enorme perda tributária para o Estado do Paraná, segundo ele cerca de 700 milhões. Nós não sabemos se é isso. Não temos os cálculos, não há como comprovar. Ele é que está estimando isso.

O fato é que essa ação do Governador representa um aprofundamento na injustiça tributária do Estado. Os micro e pequenos empresários já estavam livres de uma alíquota maior de ICMS. Nós aprovamos o Super-simples aqui, ampliamos o Supersimples, melhoramos as condições dos micro e pequenos empresários. Estamos aguardando uma proposta que o nosso Ministro Afif vai mandar ao Congresso Nacional para melhorar também o imposto para a média empresa.

Então, o Governador está indo na contramão, na sua sanha arrecadatária. Ou seja, quer fazer com que os micro e pequenos empresários, que devem contribuir com apenas 3,95% de alíquota do ICMS, passem a arrecadar alíquotas de 12%, 15%, 18% até 25%, com a substituição tributária. É o fim do que chamamos de Supersimples. É o fim dos benefícios que a Constituição está dando aos micro e pequenos empresários.

Quero lembrar aqui, para fazer justiça, que o Paraná foi um dos Estados que avançaram na legislação federal. O Governador Roberto Requião, na época, conseguiu melhorar as condições dos micro e pequenos empresários do Paraná. O Paraná era tido como um dos Estados com uma das legislações mais completas, mais avançadas, em termos de micro e pequenas empresas. Por isso nós tínhamos uma economia muito vigorosa no setor de serviços, de comércio e de pequenas indústrias. Isso está acabando, Senador. Nós estamos matando os nossos micro e pequenos empresários. E qual é o resultado disso? Estamos acabando com o emprego, com a dinâmica da economia paranaense.

Eu lamento muito, lamento muito que o Governador tenha vindo à Câmara dos Deputados com o intuito de pedir que não aprobe uma medida já aprovada, por unanimidade, no Senado Federal. E o Senado Federal representa os Estados Federados.

Portanto, não nos cabe aqui ser contra os interesses dos Estados da Federação. Nós sempre defendemos os Estados. Agora, não podemos defender a injustiça.

Então, em defesa dos micro e pequenos empresários do Paraná, Sr. Presidente, e de todo o Brasil, eu informo que ainda hoje estarei com o Presidente da Câmara dos Deputados, se ele se encontrar em Brasília, para defender a aprovação da matéria, para pedir, para fazer um apelo ao Deputado Eduardo Cunha, que tem sido tão sensível com a reivindicação de tantos setores da sociedade, que coloque em pauta esse projeto. E que nós possamos, na Câmara dos Deputados, ver a aprovação tal qual vimos aqui, no Senado da República.

Enfim, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente a situação caótica instalada em meu Estado continua. A educação segue em crise no Paraná. Nós tivemos uma das maiores greves no setor da educação da história do nosso Estado. Milhares, centenas de milhares foram à rua não para reivindicar direitos. Foram à rua para impedir que o Governador retirasse direitos já conquistados. E conseguiram. E conseguiram reverter um tratoço.

Sr. Presidente, em vez de cortar despesas, que o Governador deveria cortar, principalmente com terceirizados, despesas de consultoria, que são enormes, de cargos comissionados, ele queria tirar direitos dos servidores e, principalmente, dos professores do Estado.

O Sindicato dos Professores agora reclama que, nos valores depositados dos pagamentos atrasados pelo Governo do Estado, foram feitos descontos indevidos. A categoria sustenta que o Executivo antecipou descontos que estavam sendo esperados somente para a folha de pagamento no final de abril. O sindicato afirma que, com os descontos, cerca de 400 professores não receberão dinheiro nenhum relativo às férias. Aliás, ele já havia parcelado as férias do Estado. É uma coisa inusitada. Férias é direito do trabalhador. Você sai de férias, recebe um terço. E ele parcelou esse terço de férias dos trabalhadores, dos servidores do Estado do Paraná. Policiais militares e bombeiros também não receberam quando deviam o terço de férias devido.

Temos ainda a questão do IPVA 2015, em que, além dos problemas constitucionais envolvendo sua majoração, que nós já estamos questionando junto ao Supremo Tribunal Federal, o Governador mudou o fato gerador de recolhimento do tributo, que deveria ser em janeiro. Passou para abril e fez uma majoração também de 50% no ICMS.

Há muita reclamação em relação ao valor venal dos automóveis, usado na base de cálculo do Imposto. Em alguns casos, por exemplo, o valor é superior ao preço considerado no imposto do ano anterior. Ou seja, reajustou o preço do veículo – e nós sabemos que o veículo se reajusta para trás; ele perde valor de mercado e não ganha valor de mercado –, o que vai contra a lógica que nós sabemos.

São variados, portanto, os exemplos de descalabro administrativo e descontrole absoluto do atual Governo paranaense. A situação fiscal do Estado demonstra enormes dificuldades, e as ações que vêm sendo tomadas não apontam para qualquer solução a curto e médio prazo.

Não cabe mais, Governador Beto Richa, dizer que a culpa é do Governo Federal, é da crise nacional. Está mais que provado que a culpa é da sua administração, da sua ineficiência, da sua ineficácia.

A forma como as coisas têm sido conduzidas no Paraná é um temor de que a irresponsabilidade do atual Governo seja sentida negativamente, por muitos anos, na economia paranaense. Eu não tenho dúvida de que isso vai acontecer. Nós vamos ter um efeito negativo muito grande ainda na economia do nosso Estado em razão dessas medidas.

Agradeço, Sr. Presidente.

Antes de sair desta tribuna, quero fazer uma saudação toda especial ao Prof. Renato Janine Ribeiro, que está, hoje, sendo empossado no Ministério da Educação.

Com certeza, esse foi um convite muito importante da Presidenta Dilma para um homem que é um militante da Educação neste País, de uma inteligência muito grande e uma pessoa que tem muita sensibilidade. Eu não tenho dúvida de que nós estaremos com o nosso Ministério da Educação em boas mãos.

Desejo todo o sucesso ao Prof. Renato Janine Ribeiro. Que a sua gestão no Ministério da Educação possa trazer muitos benefícios ao povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Convido a Senadora para assumir a Presidência, enquanto faço uso da tribuna.

Destaco que já está aqui também o Senador Fernando Bezerra, que é o próximo orador inscrito.

O Sr. Lindbergh Farias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Gleisi Hoffmann.

A SR^a PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT- PR) – Passo a palavra ao Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é com tristeza e pesar que subo à tribuna, mas, como

representante do Rio de Janeiro nesta Casa, não posso deixar de chamar a atenção para o quadro dramático de violência que assola nosso Estado.

Depois de subir aqui para falar da morte de Célia Maria Santos Peixoto, de 59 anos, morta após visitar o túmulo do neto no Cemitério do Caju; depois de subir aqui para falar de Cláudia da Silva Ferreira, de 38 anos, baleada no Morro da Congonha, em Madureira, e, na sequência, arrastada pelas ruas por uma viatura da Polícia Militar; depois de subir a esta mesma tribuna para falar sobre Douglas Rafael da Silva Pereira, conhecido como BG, de 26 anos, encontrado morto na Favela Pavão-Pavãozinho; depois de subir a esta tribuna para falar de Amarildo Dias de Souza, desaparecido após ter sido detido por policiais da UPP, na Rocinha, na porta da sua casa, venho aqui falar da morte de Eduardo Jesus Ferreira, de 10 anos, que morreu quando brincava na porta da sua casa, na comunidade do Areal, integrante do Complexo do Alemão, no dia 2 de abril.

Na crueza das palavras de sua mãe, “foi questão de segundos. Ele saiu e sentou no batente da porta. Teve um estrondo, e, quando olhei, parte do crânio do meu filho estava na sala, e ele caiu lá embaixo, morto”.

A Polícia Militar afirma que houve um tiroteio na região e que o menor teria sido baleado no meio dele. Os moradores contestam a polícia e afirmam que naquela comunidade não teria havido qualquer tiroteio na quinta-feira. A mãe assegura que o único disparo ouvido naquele dia foi o que atingiu seu filho e acusa um policial militar, integrante das forças de ocupação do complexo, a quem ela questionou logo após a execução. Em suas palavras: “Quando eu corri para falar com ele, ele apontou uma arma para mim.” Eu falei: “Pode me matar. Você já acabou com minha vida.”

Infelizmente, o que aconteceu com o garoto Jesus não é um fato isolado. Hoje, o jornal *O Globo* traz matéria em que fala que, nos últimos 10 anos, 60% dos homicídios cometidos por agentes do Estado contra crianças até 14 anos ocorreram no Estado do Rio de Janeiro. De 82 assassinatos, 50 foram cometidos pela polícia do Rio de Janeiro.

E o mais grave: Ignacio Cano, professor e coordenador do Laboratório de Análise da Violência da UERJ, disse que o mais preocupante desse estudo é que, nesses casos, há muita subnotificação. Esses números não apontam a realidade objetiva.

Recentemente, o Governo Federal lançou, em parceria com a sociedade civil e o Unicef, o índice de homicídios na adolescência. A construção desse índice permite a estimativa de homicídios para os próximos anos. Assim, se nada for feito, até 2019, de 12 a 18 anos, teremos 42 mil mortes de adolescentes nas cidades acima de 100 mil habitantes. Um verdadeiro extermínio. Atualmente, os homicídios representam 36,5% das causas de morte de adolescentes, enquanto que, para o resto da população, esse índice diminui 4,8%.

Os números são assustadores e dão conta de que há, de fato, no País, um genocídio da nossa juventude, com um recorte ainda mais perverso: em 2012 – aqui estamos falando de jovens de até 29 anos, um conceito mais amplo, não só adolescentes –, 56 mil pessoas foram assassinadas no Brasil. Dessas, 30 mil eram jovens. Desse total dos 30 mil jovens, 77% eram jovens negros.

Senador Fernando Bezerra, hoje, no Brasil, a possibilidade de um jovem negro ser assassinado é três vezes superior à de um jovem branco.

A situação brasileira é tão grave que, no ano passado, a Anistia Internacional lançou a campanha Jovem Negro Vivo, com o objetivo de mobilizar a sociedade para que essa discussão entre na agenda nacional.

Trago aqui, Sr. Presidente, outros dados igualmente alarmantes, os números de mortes cometidas por agentes do Estado: em 2013, 2.212 pessoas foram mortas pelas polícias brasileiras; no mesmo período, a polícia norte-americana matou 409 pessoas; e as polícias do Japão e do Reino Unido, nenhuma. No Brasil, temos um índice de 26,9 mortes por 100 mil habitantes; nos Estados Unidos, é de 4,7. A Organização Mundial da Saúde considera epidêmica ou fora de controle a violência que faz mais de 10 vítimas por 100 mil habitantes. Em *ranking* elaborado pela Organização Mundial da Saúde e pelo Banco Mundial, o Brasil ocupa as primeiras posições em taxa de homicídios, ao lado de países como Honduras, Venezuela, Jamaica, El Salvador e África do Sul.

Eu digo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porque acho que este tema tem que ser discutido por este Senado Federal. Há que se discutir a questão federativa, o papel da União, o papel dos Municípios, e há que se discutir também o tema da reforma das polícias.

Eu sou autor aqui da PEC nº 51, que fala de temas que são controversos, polêmicos. Fala da desmilitarização da polícia e fala do ciclo completo, porque só no Brasil há a situação de termos uma polícia militar, que faz o trabalho de policiamento ostensivo e preventivo na ponta, e outra polícia, a Polícia Civil, que faz o trabalho investigativo. Essa situação só existe aqui no Brasil, Senador Fernando Bezerra. O ciclo completo mostra que, quando você começa o trabalho de prevenção, de policiamento ostensivo, é mais fácil essa mesma polícia fazer o trabalho de investigação – a carreira única. Eu quero entrar nisso daqui a pouco.

Antes, quero voltar para o meu Estado, que teve um momento de grande esperança coletiva – de todo o povo fluminense e carioca – na construção das UPPs. E eu fico preocupado, porque ninguém gosta quando

há retrocessos, e a sensação no Rio de Janeiro hoje é de que nós estamos mergulhando num profundo retrocesso. Não aproveitamos aquela energia, aquela energia que juntava e unia o povo do Rio de Janeiro, que pensava “Desta vez vai dar certo”, para fazer uma reforma mais profunda na polícia do Rio de Janeiro. E hoje, infelizmente, a gente enfrenta um problema muito difícil nas comunidades já ocupadas, não só no Complexo do Alemão e nas grandes comunidades ocupadas, como Rocinha e como várias outras.

Primeiro, começou a surgir... Eu queria falar um pouco dessa cronologia. Naquele primeiro momento existia uma grande euforia por parte do povo do Rio de Janeiro. Num segundo momento, claro, começaram a haver questionamentos quanto aos critérios de instalação das UPPs, porque, de fato, as UPPs foram construídas primeiro nas regiões mais nobres do Rio de Janeiro, nas áreas de importância turística e no cinturão dos grandes eventos do Rio de Janeiro. Então começou a haver uma reclamação, por parte da população que morava na Baixada Fluminense, em Niterói, em São Gonçalo, no interior do Estado, na zona oeste do Rio de Janeiro, relativa à migração da violência para essas regiões.

Isso era algo que, de fato, estava acontecendo. Primeiro, houve a ocupação de todas as comunidades da Zona Sul e houve, de fato, uma migração, porque os índices explodiram nessas regiões, mas sempre existia o desejo das pessoas de contornar aquilo porque entendiam que a UPP estava além dos governos – existe uma defesa das pessoas do Rio de Janeiro quanto a esse modelo.

Desde aquele momento, Senadora Gleisi, nos debates que tínhamos no Rio de Janeiro – eu tive oportunidade de ser candidato a governador, de fazer esse debate na campanha para governador –, nós dizíamos o seguinte: se ficarmos só com a ocupação policial, nós podemos ter a degradação e a degeneração desse processo. É preciso ir muito além da ocupação policial. Tem que haver a ocupação com políticas públicas e tem que ser feita a reforma da polícia.

No começo, a ideia das UPPs, Senador Fernando Bezerra, segundo a lógica de muitos, com a qual nós concordávamos, era de construir ali o quê? Policiamento de proximidade, policiamento comunitário, trazer aquelas áreas para o Estado, porque não era correto o que acontecia. Ou seja, a polícia estava presente em várias regiões do Estado, e algumas regiões nas principais favelas do Rio de Janeiro eram como se fossem territórios inimigos. A polícia entrava, subia, distribuía tiros, matava inocentes também nesse processo todo, e saía.

Então, a lógica inicial desse processo era esta: policiamento de proximidade, policiamento comunitário. Infelizmente, o que estamos vendo hoje é que as UPPs estão parecendo forças de ocupação para conter pobres em determinadas áreas do Rio de Janeiro, porque duas coisas não foram feitas e quero destacá-las.

A primeira é mostrar que só a ocupação policial não se sustenta. Tinha que ter a ocupação com um conjunto de políticas públicas, tais como educação em horário integral, ações de saúde, ações ligadas à assistência social, políticas para a juventude. O Estado tinha que disputar a juventude que estava ali. E sabemos que isso é possível de ser feito. Os jovens começam a dar sinais.

Lembro-me que fui Prefeito em Nova Iguaçu e lá tínhamos um trabalho de busca ativa para quando o jovem deixava a sala de aula. Uma equipe multidisciplinar ia conversar com as famílias e tentar ganhá-las. O governo do Estado, infelizmente, não conseguiu fazer isso.

O Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, sempre pediu a ocupação de políticas públicas. Só que, sinceramente, faltou ao governo do Estado do Rio de Janeiro empenho, determinação e liderança para transformar esses territórios em territórios de oportunidades, com cultura, com esporte, com educação. Isso não é simples. Pode parecer que é simples, mas quem já foi gestor sabe da dificuldade de organizar políticas transversais em um determinado território, envolvendo diversas secretarias.

Portanto, se o próprio Executivo não criar aquele sentimento, organizando, chamando as secretarias e colocando-as para fazer um trabalho integrado, aquilo não vai acontecer. E tem que ser um espaço de oportunidades para a juventude, mas um espaço democrático, um espaço de diálogo, com conselhos de participação popular, com uma governança.

O que aconteceu, no entanto, é que se concentrou tudo nos policiais. Os policiais nas UPPs passaram a responder sobre tudo. A autorização para um baile de casamento passava pelos policiais; tudo passava pelos policiais, o que é errado. O papel do policial não é esse. Tinha que haver ali outros agentes, agentes públicos a meu ver, coordenados pela área de educação, com cultura, com esporte, com formação profissional. Isso faltou, e tivemos um processo – vou falar desse caminho de degeneração da atuação da polícia nas UPPs – em que a polícia concentrava todas as responsabilidades públicas, impondo, na prática, uma governança policial que sufoca as liberdades públicas da comunidade. Acabou-se constituindo, de fato, um regime de exceção.

Senadora Gleisi, quando se vai conversar nas UPPs com qualquer jovem de 18, 19 ou 20 anos, ouve-se dele o relato de um conjunto de agressões e de brutalidades no trato com os jovens que moram ali na comunidade. Vira um regime de exceção! Existem coisas que ninguém contesta, mas começou a existir no Rio de Janeiro uma coisa que é mandato coletivo de busca e apreensão. Ia-se para a ocupação na favela da Maré:

mandato coletivo de busca e apreensão para toda a favela! E é “pé na porta”, a política que está vigorando é “pé na porta”. Eu fico imaginando o que aconteceria se fosse em Ipanema esse mandato de busca e apreensão coletivo... Ninguém ia aceitar! Isso é regime de exceção!

Então, começou a haver o descasamento daquela lógica do que poderia ser um policiamento de proximidade com um policiamento completamente distante, com práticas da velha política de enfrentamento dessa polícia. Então, este é o primeiro ponto que eu queria destacar: considero um grande equívoco não ter havido a competência, o esforço, a liderança para que não fosse só uma ocupação policial, mas fosse uma ocupação do Estado, de um conjunto de políticas públicas.

E sobre essa brutalidade, eu queria destacar o seguinte. O que me chamou muito a atenção e me revoltou foi ver pela televisão não só a morte do garoto, mas, no outro dia, quando as pessoas do Complexo do Alemão decidiram fazer uma manifestação, a forma truculenta como essa manifestação foi dispersa, com bombas, com tiros ao alto, pela polícia. Então, esse é o primeiro dado.

O segundo ponto, que é polêmico – mas temos que entrar neste debate –, é o da reforma da polícia. E quando eu falo em reforma da polícia, lembro que existe um debate amplo aqui, no Congresso Nacional. E sobre isso eu queria destacar três pontos de forma sucinta: a desmilitarização, o ciclo completo, a carreira única. Porque hoje é isto – inclusive, a função de policiar nas ruas é exclusiva de uma estrutura militarizada –: força de reserva do Exército, a PM formada, treinada e organizada para combater o inimigo e não proteger o cidadão.

E aqui eu queira falar da questão do ciclo completo, que é algo fundamental a ser feito. O que propomos nessa PEC nº 51 é, primeiro, defender a lógica do ciclo completo. Então, se transformássemos uma polícia militar numa polícia civil de ciclo completo... Isso não significaria dizer, Senador Fernando Bezerra, que nós teríamos que unificar as polícias civil e militar. Nós estamos passando para o Estado a decisão de organizar o seu próprio sistema.

Eu no Rio de Janeiro, se fosse governador, em debate com a Assembleia Legislativa, transformaria, a partir de uma aprovação no Congresso Nacional, a polícia militar em uma polícia civil de ciclo completo, na qual ela tivesse os trabalhos de policiamento ostensivo, preventivo, mas também de investigação. E eu não unificaria a polícia civil, eu tentaria transformar a polícia civil em uma polícia também de ciclo completo, mas ligada ao combate ao crime organizado.

Outro ponto dessa PEC nº 51 que é muito importante é o da carreira única. Hoje nossas estruturas estão completamente divididas. Quando você olha para a polícia federal, vê que há agentes da polícia federal e delegados da polícia federal brigando entre si. Quando você olha para a polícia civil, vê que há agentes da polícia civil e delegados da polícia civil brigando entre si. A polícia militar briga com a polícia civil. É esse o quadro que nós temos.

Quando – voltando ao ciclo completo – um policial... Porque o policial só pode fazer uma coisa: prisão em flagrante. Ele não pode fazer mais nada. Inclusive, este foi um erro das UPPs, você tinha polícia militar e não tinha polícia civil. Havia um policial militar ali que só podia fazer aquela prisão em flagrante. Sabe o que acontece hoje, Senador Fernando? É de um desperdício incrível... Se há a prisão de alguém cometendo um delito, aquele policial militar pega aquele que está cometendo o delito e vai para a delegacia de polícia, às vezes em outro Município – no interior não é em todo Município que há delegacia de polícia –, viaja quilômetros e fica lá o dia inteiro, até ter sido resolvido aquele caso dentro da delegacia de polícia.

Agora, o tema da carreira única é muito importante, porque dá uma perspectiva de progressão na carreira. É importante, por exemplo, um soldado da polícia militar saber que um dia pode ser oficial, com concurso de provas internas, com o estudo dele. Isso dá unicidade às carreiras. Isso é importante tanto na polícia federal quanto na polícia civil e na polícia militar.

E quando falamos em desmilitarização, nós estamos falando também em um conceito de polícia, uma polícia que olhe primeiro para o cidadão, que proteja a vida em primeiro lugar.

Eu sei que em seu Estado o Senador Eduardo Campos, de quem eu tinha o prazer de ser amigo... Quando conversava com ele e debatia sobre UPP, ele dizia: “Você tem que conhecer o Pacto pela Vida lá de Pernambuco”. É uma das grandes experiências sobre redução de números de homicídios em nosso País.

E esse era o último ponto de que eu queria falar aqui, que é um tema mais do que polêmico, mais do que polêmico, mas eu acho que chegou a hora de a gente ter coragem de perceber que essa política de guerra às drogas, no mundo inteiro, fracassou, no mundo inteiro fracassou.

Você arma um sistema no qual você gasta bilhões e bilhões, uma verdadeira guerra civil – a PM carioca é a única polícia do mundo que usa arma de guerra –, mas quem é vitimado por essa guerra, que coloca as drogas como centro da política de segurança pública?

É a própria polícia. É a juventude que hoje é morta pela milícia, pelo tráfico e pela polícia.

Quero aqui registrar que, quando falo disso, é importante citar também o número absurdo de mortes de policiais no País. Não estou aqui querendo... São trabalhadores policiais, que são vítimas desse sistema.

Eu trouxe dados aqui. Por exemplo, recente anuário de segurança pública mostra que seis pessoas foram mortas por dia pelas polícias brasileiras em 2013. Se somarmos os últimos cinco anos, as polícias brasileiras mataram o equivalente ao que as polícias dos Estados Unidos mataram em 30 anos. Mas mostro aqui que 409 policiais foram mortos no ano de 2013. É a polícia que mais mata e que mais morre, é uma estrutura que está superada. E os trabalhadores policiais, nesse caso das UPPs, estão sob verdadeiro fogo cruzado.

Eu trouxe aqui, Senador Fernando, para mostrar como a situação é complexa: nos últimos dois anos, cerca de mil policiais militares procuraram o Ministério Público do Rio de Janeiro para denunciar as condições de trabalho, e o Ministério Público foi lá – matéria que está no jornal *O Globo* de hoje, também – e constatou a situação precária: janelas cobertas com plásticos pretos, beliches quebrados, banheiros sem descarga, falta de bebedouros.

Então, essa é uma situação trágica, que vitimiza a nossa juventude, mas que vitimiza também os policiais brasileiros. Por isso, eu queria muito...

A Senadora Lídice da Mata apresentou e conseguiu assinaturas para uma CPI sobre o homicídio da juventude negra no Brasil. Eu já pedi ao meu Partido para fazer parte dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agora, acho que o Congresso Nacional tem de puxar esse debate para cima. Esse é um problema que está acontecendo em todos os Estados brasileiros. O Rio de Janeiro tem uma situação peculiar.

E encerro o meu discurso, Senadora Gleisi, falando que a PEC nº 51, além destes temas, desmilitarização, exigência de ciclo completo, carreira única, distribuição de atribuições entre União e Municípios, também traz um ponto que para mim é extremamente importante: a instituição de mecanismo de transparência e controle externo dos órgãos policiais. Em cada órgão policial deverá ser instituída uma ouvidoria externa, com autonomia funcional e administrativa, dirigida por um ouvidor-geral, um nome de grande peso na sociedade, com independência e mandato fixo.

Não sou a favor de independência e mandato fixo no Banco Central, sou a favor para o ouvidor-geral da Polícia Militar. Um nome de peso na sociedade. E essa ouvidoria terá o papel de regulamentar e disciplinar determinados atos.

Isso é fundamental para reoxigenar as nossas polícias. Sei que não é fácil a resolução desses problemas.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, fez um pronunciamento ontem, depois desse episódio no Complexo do Alemão, dizendo que tudo bem, o Estado vai reocupar. Acho que ele não entendeu a gravidade da situação. É preciso mais do que a ocupação da polícia. É preciso construir outra forma de abordagem naquela comunidade, construir um conjunto de políticas públicas e retomar o conceito de polícia de proximidade e de policiamento comunitário – não essa polícia criada numa cultura de enfrentamento, do combate ao inimigo, da guerra permanente, como se nosso povo trabalhador e pobre das favelas precisasse agora de uma ocupação para ser contido.

E é por isso que eu digo: é o processo de degeneração dessa UPP, que começou com uma boa ideia e acho que hoje está se transformando, cada vez mais, quase em uma ocupação de forças estrangeiras, uma espécie de guerra aos pobres que tem prejudicado o povo do Rio de Janeiro, em especial a juventude negra.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Saúdo o Senador Lindbergh.

Vosso pronunciamento...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora, V. Exª me permite...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Claro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu havia programado e na hora acabei me esquecendo.

Eu queria encerrar lendo um texto muito importante sobre maioria penal, é bem curto e eu acho que resume tudo o que eu queria dizer aqui.

Se quisessem, poderiam estar nas ruas protestando contra o permanente massacre de adolescentes brasileiros. De acordo com dados do Unicef destacados por Eliane Brum no site do jornal *El País*, o Brasil é o segundo país em número de homicídios de adolescentes, atrás apenas da Nigéria: de 2006 a 2012, foram assassinadas mais de 33 mil pessoas que tinham entre 12 e 18 anos.

Tentemos imaginar a cena: 33 mil garotos sendo mortos. Em apenas seis anos. E ninguém acha isso estranho. Mas querem mudar as leis. Alegam que assim vão reduzir a criminalidade no país.

Pois vejamos mais dois dados do Unicef: dos 21 milhões de adolescentes do país, menos de 0,1% já matou alguém; e dos cerca de 50 mil homicídios que são cometidos anualmente no Brasil [...], 1% tem autores com menos de 18 anos, ou seja, cerca de 500 [casos].

Querem transformar exceção em regra. Aham que, encarcerando mais, maior segurança terão. Porém, o Brasil já tem a quarta população carcerária do mundo [e não para de crescer], com mais de 500 mil pessoas. E 70% dos que saem da prisão reincidem no crime, até para pagar a proteção que receberam de organizações como o PCC e o Comando Vermelho -- que surgiram nas penitenciárias, não nas ruas.

A taxa de reincidência dos "menores infratores" é em torno de 20%. E as instituições em que vivem já são, na prática, presídios. Mas os marmanjos querem lhes dar penas de adultos. Conseguirão aumentar a reincidência. E o ódio.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Passo a palavra, agora, para uma comunicação inadiável, ao Senador Fernando Bezerra, do PSB de Pernambuco, nosso ex-Ministro, com quem tive a honra e o privilégio de trabalhar, quero lhe dizer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Srª Presidente, minha companheira Gleisi Hoffmann, Senadora pelo Paraná. Eu, na realidade, venho a esta tribuna para fazer dois registros.

O primeiro é compartilhar com os Srs. Senadores e com as Srªs Senadoras, avanços recentes na biotecnologia, em especial na introdução de novas espécies produtoras de biocombustíveis, com grande potencial de adaptação ao Semiárido brasileiro.

Recentemente, tomei conhecimento, por meio de matéria publicada em sítio eletrônico americano, a respeito de celebração de protocolo de intenções, acompanhado de plano de trabalho, entre a Embrapa e a Byogy, controladora da AusAgave, empresa australiana pesquisadora e produtora do agave, da variedade azul tequilana, a qual tive a oportunidade de conhecer em 2011, em missão oficial à Austrália, quando Ministro da Integração Nacional.

O objetivo do acordo firmado é o de realizar pesquisas tanto em laboratório como no campo, para verificar a adaptação no Brasil do agave, na variedade azul tequilana, introduzida na Austrália a partir de importação de material genético do México e com boa adaptação em pesquisas voltadas à produção de etanol e fibra em regiões com condições de solo e clima semelhantes ao Semiárido brasileiro, onde a cana-de-açúcar, por exemplo, somente pode ser produzida com uso intensivo de irrigação.

Segundo a matéria, a parceria entre a Embrapa e a AusAgave visa a proporcionar a redução do custo de produção do biocombustível, permitindo a reposição da produção de gasolina, diesel e combustível de aviação, bem como a produção de fibras renováveis.

A AusAgave passou os últimos 15 anos desenvolvendo propriedade intelectual com o fito de produzir variedades do agave para a cadeia produtiva do etanol e fibras no mundo, que podem ser cultivadas em solos de baixa fertilidade natural e com baixa demanda de água e fertilizantes.

Conforme informações da empresa, o custo de produção está em torno de US\$0,07 por libra. Esperam reduzir para menos de US\$0,05 por libra. Com esse custo, afirmam que terão uma competitividade maior na produção de biocombustíveis, em especial o etanol e o combustível de aviação, com relação aos derivados do petróleo.

As pesquisas atualmente em curso pela AusAgave na Austrália, que serão realizadas no Brasil, poderão permitir a produção de uma cultura alternativa, com uso de menos insumos, herbicidas e mais tolerantes à seca e às condições do Semiárido brasileiro, criando as condições favoráveis e sustentáveis para uma substituição dos hidratos de carbono e do combustível fóssil.

Srªs e Srs. Senadores, tenho, particularmente, muita alegria em tomar conhecimento dessa notícia e da evolução das tratativas entre a Embrapa e a AusAgave.

Em 2010, quando ocupava o cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico do Governo de Pernambuco, assisti a apresentações acerca de experiências exitosas com o agave no México, onde é utilizado para a produção da bebida típica desse país, a tequila, e, em menor escala, como fonte de frutose para um adoçante similar ao xarope de frutose de milho e insulina para a indústria alimentícia.

Aqui no Brasil, cabe destacar que temos uma grande produção de outra variedade do agave, a sisalana, utilizada na produção de fibras, principalmente na Bahia, Estado com maior produção no País, seguido da Paraíba. Segundo o IBGE, a área plantada com a cultura do sisal, no ano passado, foi de 216 mil hectares. A área plantada tem sido reduzida a cada ano. Em 2006, a área plantada foi de 304 mil hectares.

Na época, como Secretário de Desenvolvimento Econômico, criei um grupo de trabalho, no âmbito da Câmara Setorial da Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de Pernambuco, envolvendo representantes da indústria, dos produtores de cana-de-açúcar, trabalhadores, representantes dos governos, nas esferas estadual e federal, universidades e instituições de pesquisa, com a finalidade de discutir alternativas produtivas para a Zona da Mata do meu Estado.

Recebi, naquela ocasião, relevantes contribuições e sugestões, a exemplo de produção de seringueira, eucalipto, bambu, apoio à pecuária leiteira, aquicultura, beterraba açucareira e o agave azul tequilano, entre outras culturas e atividades produtivas.

Quanto ao agave, fui informado por Consultor Técnico do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar) das excelentes produção, produtividade e sinergias com a produção de cana-de-açúcar no Estado, concentrada na Zona da Mata e sazonal, com possibilidades de produção de açúcar, álcool e energia no período de entressafra, utilizando o agave produzido em áreas de transição entre a Zona da Mata e a região do Agreste.

Para a produção de biocombustíveis a partir do agave azul, o processo é quase idêntico ao da produção com cana-de-açúcar, com a diferença de que, com o agave, faz-se necessário acrescentar, no processo, o cozimento da pinha, em autoclaves, para, em seguida, passar pelos demais processos de moagem, extração do caldo, fermentação e destilação.

Os dados apresentados foram promissores e chamaram nossa atenção. Já como Ministro da Integração Nacional, em 2011, fui convidado pelo governo australiano e o Banco Mundial para realizar missão oficial de intercâmbio técnico nas principais áreas de atuação do Ministério, tendo em vista semelhanças entre os países, como dimensões continentais, clima, recorrência de desastres naturais, política de gestão de água e irrigação.

Sabendo do início das experiências da Austrália com a produção do agave azul, conheci a unidade de produção da Ausagave, em Ayr, região de Queensland, no nordeste australiano. Estavam no terceiro ano de pesquisa, em parceria com a Universidade James Cook, com resultados animadores.

Conferi, *in loco*, a adaptação e bons resultados das pesquisas em solo australiano, em uma região com baixa precipitação pluviométrica e de clima quente, semelhante ao Semiárido brasileiro, além de excelentes oportunidades para as indústrias de biocombustíveis e bioquímica.

No retorno ao Brasil, solicitei à Codevasf a realização de gestões perante a Embrapa com vistas à pesquisa da adaptação e potencial produtivo do agave azul tequilano no território brasileiro, em especial no Semiárido do Nordeste.

Tenho, portanto, grandes expectativas com a evolução do acordo que ora se celebra entre a Ausagave e a Embrapa.

Darei todo o apoio necessário para a realização das pesquisas, que visam trazer alternativas inovadoras de produção e renda à população do Semiárido brasileiro, permitindo um grande salto na pesquisa, na ciência e na tecnologia do nosso País.

E finalmente, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é com muito pesar que também desta tribuna quero prestar a minha homenagem a Carlos Augusto Amariz, o homem da Jecana, o homem do Forró da Espora, o homem da Missa do Vaqueiro. Carlos Augusto, infelizmente, deixou-nos, na última quinta-feira, em Petrolina. Carlos Augusto tinha como pai José Mariano Gomes, que era funcionário público. Da estirpe de vaqueiros e do sangue espanhol da mãe, Joana Amariz Gomes, Carlos Augusto herdou o gosto pelas coisas do Sertão. Era casado com Francisca Mousinho Gomes e pai de quatro filhos: Marcelo Augusto, Rodrigo Luis, Maíra e Carla. “Sou de família de vaqueiros. Herdei do bisavô o nome Carlos; do avô herdei o Augusto, ambos eram vaqueiros”, dizia Carlos Augusto.

Carlos Augusto iniciou a vida de comunicador no Serviço de Alto-Falantes Brasil Publicidade, de Manoel Alves Sibaldo, o Menininho, lá em Petrolina. Isso lá pelos anos de 1962. Desde então, Carlos Augusto nunca mais largou o microfone.

Depois, ao lado do Padre e depois Senador Mansueto de Lavor, a convite do Bispo Dom Antônio Campelo de Aragão, fundou a Rádio Emissora Rural: A Voz do São Francisco. Alvorada Alegre, Forró no Balundeiro e Forró na Cuia Grande foram alguns dos programas que apresentou na Emissora Rural. Não demorou muito, topou outro desafio: implantar a Rádio Grande Rio AM. Na nova emissora, lançou o Forró do Povo, que logo virou um sucesso.

Fiel ao ditado “cobra que pode vive do seu veneno”, foi à luta e comprou seu espaço na emissora. Apesar de ser obrigado a pular da cama cedinho para ir trabalhar na rádio, confessava que jamais se acostumou com isso: “Gosto de dormir até tarde”, afirmava.

Não era raro ele ser acordado cedinho, pelas duas ou três da manhã, por um telefonema de um ouvinte, pedindo para comunicar um nascimento ou mesmo um falecimento durante o programa. Atendia a todos. “A vida e a morte são as maiores comunicações do rádio”, ensinava.

Longe dos microfones, um de seus orgulhos foi o título de tetracampeão da cidade, conquistado pelo América Futebol Clube, quando ele foi Presidente. Entre os anos 1989 a 1992, foi Vice-Prefeito de Petrolina.

Amigo de Luiz Gonzaga se emocionava ao recordar um fato que considerava inusitado, durante homenagem de Petrolina ao imortal Rei do Baião. Milhares de pessoas estavam nas ruas. Para lembrar a música Asa Branca, foi feita uma revoada de pombos. Emocionadas, as pessoas ergueram as mãos para o alto. Uma das pombinhas, em vez de voar para a liberdade, pousou justo na mão de Carlos Augusto. “Só de pensar, fico arrepiado”, confessava. Seriam “coisas” do Luiz? Carlos não negava, também não descartava.

Em 1967, revitalizou a Festa do Vaqueiro de Petrolina, que todos os anos reúne centenas, milhares de vaqueiros. No início da década de 70, para chamar a atenção contra a matança indiscriminada que estava dizimando o jegue, animal símbolo do Sertão, lançou em seu programa, na emissora rural, a ideia de se realizar uma corrida de jegues.

No início, foi motivo de chacota. Muita gente na cidade torceu o nariz, dizendo que não ficaria bem para uma cidade como Petrolina ter uma corrida de jegues, “uma coisa provinciana”. Obstinado, Carlos Augusto foi em frente e, em 1972, realizou a 1ª Jecana, uma incrível gincana de jegues. Quando a imprensa do Recife, do Rio e de São Paulo elogiou a iniciativa, os críticos silenciaram.

Todos os anos, a Jecana atrai milhares de pessoas da cidade e das regiões vizinhas para participar da festa. São três dias de uma divertida mistura de futebol, corrida de jegues e burros, desfile de animais à fantasia, comida sertaneja e muito forró, até a madrugada. A festa faz parte do calendário turístico da minha cidade, a cidade de Petrolina, e é realizada no distrito do Capim.

Apesar do sucesso da Jecana, Carlos lamentava o fato de ainda pairar sobre o jegue o fantasma da extinção. Por isso, pregava, quase como uma ideia fixa, a criação desses animais de forma produtiva, para que sua carne fosse exportada a países onde é muito apreciado, como o Japão, por exemplo, o que geraria divisas para o Brasil e emprego para o nordestino e, principalmente, evitaria a extinção do jegue, hoje um animal sem serventia, que, substituído pela moto como meio de transporte, vive abandonado na beira das estradas, causando, sem querer, acidentes muitas vezes fatais.

Depois da temporada de eventos com a Jecana do Capim, Forró da Espora e fechando com a Missa do Vaqueiro, sempre muito acolhedor, Carlos Augusto recebia em sua residência amigos e conhecidos, servindo um tradicional pirão de bode.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é uma justa homenagem que faço desta tribuna a esse guerreiro, defensor ferrenho da cultura popular do Sertão e grande comunicador e radialista que nos deixou na última quinta-feira.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Fernando Bezerra Coelho, a Sr^a Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos ao Senador Fernando Bezerra pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento os ouvintes da Rádio Senado e os telespectadores da TV Senado.

Hoje, no final da manhã, participei da solenidade de posse do novo Ministro da Educação, Prof. Renato Janine Ribeiro. Foi uma solenidade muito concorrida, com a presença de governadores, prefeitos, reitores, representantes das entidades que mais se destacam na luta em defesa da educação no nosso País, como Undime, UNE, Ubes, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. A solenidade, que foi muito prestigiada, reflete exatamente, Senador Acir, o acolhimento que teve o Prof. Renato Janine, por parte da sociedade brasileira, como o novo Ministro da Educação.

Por isso, ressalto o quanto a Presidenta Dilma foi feliz em convidar o Prof. Janine para assumir uma pasta muito importante, que vai cuidar dos destinos da educação no nosso País.

Aliás, Senador Fernando Bezerra, quando do discurso, hoje, por ocasião da posse do novo Ministro, Prof. Renato Janine, a Presidenta fez questão de afirmar:

Renato Janine é um Ministro educador em uma pátria educadora. Sua escolha traduz em simbolismo minha maior prioridade nesses quatro anos. Tenho certeza de que ele, Prof. Renato Janine, irá criar, transformar, melhorar e fazer avançar a educação no nosso País. Trata-se de uma feliz novidade.

Ao saudar também o novo Ministro, a Presidenta também fez questão de deixar claro aquilo que a gente já sabia, que os ajustes fiscais necessários do ponto de vista do equilíbrio da economia em nosso País não afetarão, de maneira nenhuma, os programas essenciais, estruturantes na área da educação.

Ela fez questão de deixar isso muito claro, o que, sem dúvida nenhuma, é uma notícia muito importante, muito tranquilizadora e de caráter estratégico para o nosso País, porque quando ela diz os ajustes fiscais em curso, do ponto de vista do campo da economia no nosso País, não afetarão os programas essenciais e os programas estruturantes, ela está se referindo exatamente a quê? Ao ProUni, ao Fies, está se referindo ao novo Plano Nacional da Educação, cujas metas vão desde a questão da expansão e fortalecimento da educação brasileira até a melhoria salarial do magistério brasileiro.

Tanto é que ela fez questão de afirmar hoje que não haverá recuos. A Presidenta afirmou, mais uma vez, o seu compromisso com a realização das metas do novo Plano Nacional da Educação que se encontra, agora, em fase de execução.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui destacar que a implantação das metas do Plano Nacional da Educação será um dos principais desafios a ser enfrentado pelo novo Ministro, Renato Janine.

Como coordenadora que sou do Núcleo de Educação e Cultura da Bancada do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, e como uma das articuladoras da luta e da aprovação do Plano Nacional de Educação quando Deputada Federal na Câmara dos Deputados, faço aqui questão de afirmar, mais uma vez, a necessidade urgente, primeiro, de aumento da oferta do número de vagas na educação infantil para crianças de zero a três anos e também para os estudantes do ensino superior e técnico; de reformulação dos currículos do ensino médio; de melhoria dos salários dos profissionais da área de educação e da garantia de escolas de tempo integral. Esse é o nosso norte, essa é a nossa bússola.

Na verdade, realizar as metas do novo Plano Nacional de Educação, que tem como eixos exatamente essas ações que aqui acabei de mencionar, significa construirmos mais um ciclo de avanços e de conquistas para a educação no nosso País. Nós sabemos muito bem o que significou, por exemplo, a ampliação das vagas na educação profissional. As escolas técnicas chegaram ao meu Estado, o Rio Grande do Norte, e chegaram ao Estado do senhor, Pernambuco, passando de 145 para mais de 400 escolas. Quanto ao ensino superior, o Nordeste ganhou novas universidades. Quantos *campi* de ensino superior foram abertos neste País!

Essa política precisa continuar. Por isso, no novo Plano Nacional de Educação, há metas muito claras no sentido exatamente de ampliar o acesso ao ensino superior, à educação profissional, ao ensino técnico, à educação infantil, ao ensino médio etc., bem como de avançar numa agenda inadiável e urgente, que é a agenda de valorização salarial e profissional do magistério brasileiro.

Quero ainda acrescentar, Sr. Presidente, que os recursos para garantir que os avanços na área de educação possam, de fato, acontecer também têm a ver, Senador Fernando Bezerra, com a questão do petróleo, com a questão dos *royalties* do petróleo e com a questão do pré-sal.

Hoje, a Presidenta fez questão, mais uma vez, de defender a questão da Petrobras. Mais uma vez, ela fez questão de dizer da defesa que nós devemos fazer do marco regulatório do pré-sal, marco regulatório esse que, hoje, infelizmente, está ameaçado. Tanto na Câmara como no Senado, já existem iniciativas legislativas em curso para alterar o modelo de partilha, para alterar o chamado marco regulatório do pré-sal.

E o que isso tem a ver com educação? Tem a ver com educação, Senador Acir, porque, de acordo com as legislações já aprovadas, 75% dos recursos do petróleo vão para a educação.

Cinquenta por cento do Fundo Social do Pré-Sal vão exatamente para a educação. Daí nós, do Partido dos Trabalhadores, sermos intransigentes na defesa do atual marco regulatório da questão do pré-sal, marco esse que dá, portanto, exclusividade à Petrobras quando da exploração do pré-sal, porque isso significará mais recursos para o País e mais recursos destinados a uma causa tão nobre, que é exatamente a educação.

Quero também aqui, Sr. Presidente, dizer que faço minhas as palavras da Presidente Dilma, que destacou em seu discurso que “os recursos dos *royalties* do pré-sal vão viabilizar uma verdadeira revolução na educação brasileira, que se realizará nas próximas décadas, começando progressivamente a partir de agora”.

Sr. Presidente, o novo Ministro a Presidente Dilma o convocou hoje, dando-lhe a tarefa de promover a revolução final na educação, a fim de nos tornarmos finalmente uma Nação desenvolvida. A Presidente destacou os quatro eixos que deverão nortear a ação do novo Ministro da Educação, Prof. Renato Janine, à frente da Pasta da Educação. Que eixos são esses? Primeiro, a construção de um federalismo cooperativo no ensino básico, com União, Estados e Municípios dividindo responsabilidades na área da educação. Isso tem a ver com

uma luta nossa, reforçada na última Conferência Nacional da Educação, que é a luta para que o Brasil possa ter o seu Sistema Nacional Articulado de Educação.

Eu tenho destacado, tenho reforçado muito essa questão do Pacto Federativo, por entender que é necessário termos o Pacto Federativo, que vem na direção exatamente de distribuir de forma equitativa, justa, os recursos entre União, Estados e Municípios. No campo da educação, é fundamental, inclusive, que a União, que o Governo Federal amplie os recursos para a área de educação junto a Estados e Municípios, para que eles tenham, inclusive, condições de cumprir com a Lei nº 11.738, que é a Lei do chamado Piso Salarial Nacional do Magistério, para que Estados e Municípios tenham condições de cumprir, no momento adequado, com o novo piso salarial encartado no novo Plano Nacional de Educação. Eu me refiro à Meta 17, que trata, num prazo de seis anos, de equiparar o valor médio do salário do professor ao salário dos demais profissionais com formação equivalente.

Outro eixo que ela destacou, Sr. Presidente, foi o eixo exatamente da mudança curricular e pedagógica no ensino médio. Isso, naturalmente, passa pela questão da reformulação curricular do ensino médio, uma demanda também urgente da sociedade, porque é preciso atrair nossos jovens para o ensino médio ofertado pelas redes estaduais de ensino por este País afora. Para trazer esses jovens para o chamado ensino médio, é fundamental, é essencial fazermos uma grande reformulação do ponto de vista curricular, debate esse já em curso tanto no Congresso Nacional como no âmbito também do Conselho Nacional de Educação.

O terceiro eixo, igualmente importante, é a melhoria da qualificação do ensino e da remuneração dos salários dos profissionais de educação.

Por fim, o quarto eixo é o aprimoramento da oferta de tecnologias e de técnicas no processo de formação.

Enfim, Sr. Presidente, trilhando esse caminho, com certeza, nós caminharemos para realizar a Pátria educadora e, com certeza, teremos uma Nação desenvolvida, onde todos os nossos cidadãos e cidadãs tenham acesso ao conhecimento.

Portanto, mais uma vez, quero aqui desejar as boas-vindas ao Prof. Renato Janine Ribeiro, que, em breve, estará aqui, no Congresso Nacional. Ele fará uma visita ao Presidente do Senado Renan Calheiros e ao Presidente da Câmara e também virá participar de uma reunião na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

Sr. Presidente, para concluir, quero aqui só fazer o registro de que, na última quarta-feira, estive no Ministério da Integração Nacional, tão competentemente ocupado por V. Ex^a. Estive lá acompanhada do Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, Dr. José Mairton França, tratando exatamente de demandas de interesse do meu Estado na área de segurança de infraestrutura hídrica.

Na sexta-feira, quero dizer que o Ministro entrou em contato conosco já nos dando retorno da audiência. O primeiro retorno do Ministro, Sr. Presidente, foi a confirmação da liberação de R\$6 milhões para a continuidade da construção da barragem de Oiticica, no Seridó, obra essa que V. Ex^a conhece muito bem. Esses recursos a serem repassados ao Governo do Rio Grande do Norte, já ao longo desta semana, serão destinados para o pagamento das indenizações da área e manutenção da obra.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que, na audiência com o Ministério da Integração Nacional, tratamos também da liberação de recursos para a conclusão da barragem do sistema adutor de Pau dos Ferros e também para a conclusão da adutora de Carnaúba/Parelas, bem como da garantia de recursos para a adutora de Currais Novos/Acari. Fiz um apelo ao Ministro, pois, ao lado da liberação dos recursos para a barragem de Oiticica, é essencial, é fundamental que possamos concluir exatamente o sistema adutor de Pau dos Ferros, do Alto Oeste, bem como a adutora de Carnaúba dos Dantas, em que falta pouquíssima coisa também, e também a adutora de Currais Novos/Acari, uma obra também importantíssima.

Ainda aproveitamos a ocasião, Sr. Presidente, para reafirmar nossa luta, para reafirmar nosso pedido, nossa reivindicação para que, no PAC 3, nós possamos ter novos investimentos na área de infraestrutura hídrica para o Rio Grande do Norte, contemplando a barragem de Umari/Campo Grande, uma luta antiga também; a de Poço de Varas, na região oeste; a de Umarizeira, bem como a barragem de Bujari.

Na audiência, o Secretário José Mairton apresentou ao Ministro a proposta de um projeto piloto para a dessalinização de água marinha no Estado. O Ministro, aliás, ficou bastante interessado nessa ideia do projeto piloto de dessalinização de água marinha no nosso Estado. Ficou, inclusive, combinado de, em outro momento, o Secretário apresentar esse estudo.

Quero, portanto, aqui encerrar, mais uma vez agradecendo a atenção do Ministro Gilberto Occhi. E o faço aqui, Senador Fernando Bezerra, em nome das famílias da barragem de Oiticica, da comunidade de Barra de Santana. O senhor conhece bem essa realidade. O pagamento das indenizações ainda se arrasta, não foi concluído. Isso é fundamental porque tem a ver com a sobrevivência das pessoas.

Eu o faço aqui em nome do Seridó e em nome do Rio Grande do Norte. O senhor conhece a questão, foi Ministro, ajudou-nos nessa luta e sabe o quanto é emblemática, o quanto é estratégica a barragem de Oitici-

ca não só para o Seridó, mas também para o Rio Grande do Norte e para o Nordeste. Não é à toa que ela faz parte exatamente do complexo da obra do São Francisco. Nós estaremos vigilantes para que ela não pare de maneira nenhuma.

Também é preciso concluir a de Pau dos Ferros, que começou, inclusive, na sua gestão; a de Carnaúba/Parelhas, a de Acari e as demais obras.

Por fim, ainda quero acrescentar que o Ministro ficou atento e nos disse na audiência que, mesmo em face dessas dificuldades orçamentárias, ele fará todo o esforço para que, ao longo do período... A conclusão de Oiticica está programada para o ano que vem. Portanto, ele garantiu que todo esforço será feito para que recursos não falem ao longo desse período, para que a obra não sofra descontinuidade. Se Deus quiser, no ano que vem, esse sonho que o povo seridoense acalenta no peito, que é o de ter a barragem de Oiticica construída, seja, finalmente, concluído.

Obrigada, Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra pelo seu pronunciamento, destacando, inicialmente, a posse do Ministro da Educação, Renato Janine, e concluindo ao fazer um apelo pelo bom andamento das obras de infraestrutura hídrica no Estado do Rio Grande do Norte. Eu queria até sugerir à Senadora Fátima Bezerra que fizéssemos aqui uma frente parlamentar, unindo todos os partidos.

É evidente que este ano será de muitas dificuldades, como V. Exª destacou no seu pronunciamento, mas o Brasil enfrenta uma grave situação hídrica não só no Nordeste, mas também em outras regiões do País.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É verdade.

Durante o discurso da Srª Fátima Bezerra, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Bezerra Coelho

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Que os investimentos para infraestrutura hídrica fossem ressaltados de qualquer contingenciamento, para que pudéssemos ver em boa marcha as obras, como V. Exª destacou, da barragem de Oiticica, da barragem de Pau dos Ferros, da transposição do São Francisco e todas as suas obras complementares, para que o Nordeste brasileiro pudesse, de fato, ter condições de conviver com longos períodos de estiagem, como é o caso. Há mais de três anos, estamos enfrentando precipitações pluviométricas muito abaixo da média, causando sérios prejuízos para a agricultura e para a pecuária regional.

Portanto, parabeno V. Exª pela oportunidade e pela firmeza do pronunciamento.

Convido para assumir a tribuna o representante de Rondônia e nosso Líder do PDT, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, nosso sempre Ministro de Estado, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, meus amigos e minhas amigas Senadoras, tenho usado esta tribuna, sistematicamente, para falar sobre a importância de nossa Amazônia. A Amazônia que precisamos conservar, a Amazônia que está produzindo, a Amazônia que já abriga 25 milhões de brasileiros e que quer continuar produzindo, mas sem deixar de lado a preocupação com o meio ambiente. Nós, da Amazônia, queremos nossa Amazônia crescendo, produzindo alimentos, mas cuidando das nossas reservas, cuidando das nossas reservas. É assim que nós fazemos, principalmente no Estado de Rondônia.

Nesses últimos finais de semana, o programa Fantástico, da Rede Globo, está exibindo uma série de reportagens, intituladas: Amazônia, Sociedade Anônima. As matérias revelam o que sugere o título, ou seja, uma Amazônia empreendedora, que cresce e que se desenvolve com a força do trabalho dos pioneiros, dos migrantes, dos agricultores, dos trabalhadores, dos empresários que abriram essa nova fronteira agrícola no meio da floresta amazônica e, com muita garra e determinação, estão contribuindo para o crescimento e para o desenvolvimento do nosso País.

No capítulo exibido na semana passada, a forma da Amazônia foi retratada através de uma visão simplista da luta do homem contra a natureza. Uma visão que criminaliza o homem pela ocupação do espaço, pela expansão da pecuária e da fronteira agrícola e pela derrubada da floresta sem a devida contextualização histórica e socioeconômica. A sociedade anônima, nesse caso, seria a sociedade que se estrutura sem a presença do Estado e permanece à margem das normas legais. É a terra sem lei, uma sociedade anônima mesmo, desconhecida para o Poder Público e para o restante da Nação brasileira.

Essa visão, graças ao trabalho dos migrantes de todos os cantos do Brasil, que implantaram a agricultura mais desenvolvida do País no Mato Grosso, em Rondônia, no Tocantins, no Pará e nos demais Estados; que estão colocando alimento na mesa dos brasileiros, exportando carne e soja para todos os continentes; que estão construindo formas sustentáveis de produzir e de conviver com a floresta em todos os nove Estados da Amazô-

nia Legal; que estão produzindo energia elétrica para afastar o risco de mais um apagão nacional, fornecendo minérios para a indústria siderúrgica, matéria-prima para a indústria farmacêutica de cosméticos e de tantas outras riquezas, começa a ser modificada e substituída por uma visão de convivência mais harmônica com a natureza. Uma visão baseada num modelo de desenvolvimento sustentável, uma visão em que o homem é o grande responsável pela produção sustentável e pela conservação da floresta, pela proteção dos nossos rios e de toda a biodiversidade da Amazônia, que são as nossas maiores riquezas.

Essa visão foi destacada no capítulo deste domingo da série do Fantástico, quando os brasileiros puderam conhecer a força empreendedora da Amazônia e da sua gente e o seu potencial para contribuir para o desenvolvimento do nosso País. Uma Amazônia que responde por 21% da área plantada do País, onde a agropecuária cresceu, nos últimos dez anos, proporcionalmente mais do que duas vezes o PIB do País.

Mas a grande questão a ser resolvida na Amazônia ainda é a posse da terra e a documentação dessas áreas. Os conflitos no campo, em toda a Amazônia Legal, surgem pela indefinição de quem é o dono ou o proprietário daquele pedaço de chão. Esse é um problema que vem desde o princípio da ocupação do Brasil e também da Amazônia e que, mesmo em nosso Estado de Rondônia, que é fruto da reforma agrária, ainda não foi devidamente resolvido.

Em princípio, as terras da Amazônia são da União, do Exército, dos Estados, dos Municípios, das comunidades tradicionais, dos que foram beneficiados pela reforma agrária nos anos 60 e 70 do século passado, dos pioneiros que compraram lotes do governo, dos que compraram de boa-fé dos antigos posseiros, dos que já conseguiram o título da terra.

Essas pessoas de que estamos falando se resumem a 25 milhões de pessoas que vivem na Amazônia Legal.

Terras que também são reivindicadas por novos assentamentos da reforma agrária, pelos que estão nos acampamentos de agricultores e dos sem-terra, por fazendeiros, madeireiros e grileiros que disputam as chamadas terras devolutas.

Não há por que tapar o sol com a peneira. Essas disputas é que alimentam os conflitos pela terra na Amazônia e que dificultam todas as atividades produtivas e a consolidação do modelo de desenvolvimento sustentável que almejamos, em que a produção agrícola e industrial, assim como a produção de energia e a exploração de minérios, possam ser feitas com respeito ao meio ambiente, cuidando-se, assim, da nossa maior riqueza, que são as nossas florestas, as nossas reservas, os nossos rios.

Esses conflitos se intensificaram justamente por conta da ausência do Estado, da ausência de políticas públicas e de ações do Governo Federal ao longo dos últimos 40 anos. Agravam-se por conta da lentidão da reforma agrária e da regularização fundiária, que até hoje não é feita com a agilidade e a eficiência que a situação exige e merece. Pois bem, se a terra não tem dono, ninguém vai se preocupar em cuidar das suas florestas, das suas reservas, dos seus rios. Aquela terra não tem CPF, não tem dono. Se não tem dono, ninguém vai cuidar da terra. Somente através da regularização fundiária, entregando o documento para o posseiro, para a pessoa que está ali, há 20, 30, 40 anos, vamos ter a certeza, a garantia de que alguém vai cuidar da nossa maior riqueza, que é a nossa floresta e os nossos rios.

O programa Terra Legal foi criado em 2009, justamente para fazer esse trabalho, com a meta de entregar títulos de terras a cerca de 150 mil migrantes posseiros que ocupavam e ocupam terras públicas federais não destinadas na Amazônia, ou seja, as chamadas terras devolutas.

Em seis anos, pouco mais de 10 mil títulos foram entregues. Desse total, 6 mil títulos foram entregues em Rondônia, o Estado que mais avançou na regularização fundiária – se é que podemos considerar esse número um avanço.

Nesses anos em que estou aqui, no Senado, Sr. Presidente, em que participo ativamente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, já realizei mais de 15 audiências públicas para tratar da regularização fundiária em Rondônia e na Amazônia Legal. Continuarei abordando esse assunto, até que o último título definitivo da terra seja entregue para os agricultores e moradores do meu Estado de Rondônia.

Na semana retrasada, no dia 20 de março, tratamos desse tema no segundo seminário do Ciclo de Palestras e Debates de 2015 da CRA, quando discutimos o panorama atual do CAR (Cadastro Ambiental Rural) e os reflexos na regularização fundiária.

Foi um debate profundo e produtivo sobre o Cadastro Ambiental Rural, mas a sua relação com a regularização fundiária foi pouco explorada pelos debatedores, de modo que sentimos a necessidade de realizar um novo ciclo de debates, ou novo seminário, desta vez com o foco exclusivo na regularização fundiária na Amazônia. Isso faremos em breve. Já aprovamos o requerimento na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Só falta marcarmos a data, e esperamos que possamos fazer, ainda neste mês de abril, esse debate, aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O que ficou bem claro no último seminário da CRA é que as políticas ambientais e de regularização fundiária podem e devem caminhar juntas. Precisamos integrar as ações para realizar a regularização fundiária, para que os agricultores, ao fazerem o Cadastro Ambiental Rural, também queimem essas etapas no processo da sua regularização fundiária e possam receber o título definitivo de propriedade da terra com mais rapidez, assim como também estar fazendo o seu Cadastro Ambiental Rural.

Duas experiências na integração dessas duas ações do Governo foram realizadas em Rondônia, em setembro do ano passado, na Ponta do Abunã e no distrito de União Bandeirante, em Porto Velho. Os resultados não poderiam ter sido melhores, demonstrando que a articulação das duas políticas públicas, especialmente na Amazônia, é o caminho para a regularização ambiental e também a regularização fundiária.

Além da realização de mais de 1.000 cadastros, cerca de 700 títulos do Programa Terra Legal foram entregues na região.

Por isso, defendo que essa experiência de integração seja adotada como prática padrão em toda Amazônia.

Os agricultores que estão recebendo esses títulos geralmente são pioneiros ou aqueles que já estão há muito tempo com a posse da terra, o que facilitou o reconhecimento cartorial e o registro dos imóveis.

Mas existe um cenário bem mais complexo para ser observado e atendido com políticas públicas de regularização fundiária. Só em Rondônia, existem 195 projetos de assentamento do Incra, com 37.108 famílias assentadas, para ser mais preciso, Sr. Presidente, trabalhando e produzindo, sendo assistidas pela Emater, pelo Incra, em área aproximada de seis milhões de hectares.

O Estado possui 35 acampamentos de agricultores, que ainda não são considerados assentamentos pelo Incra, mas onde vivem mais de 15 mil famílias, também trabalhando e também produzindo. A situação mais preocupante e os conflitos mais graves estão nos acampamentos. Ainda existem as invasões e ocupações irregulares de unidades de conservação, reservas indígenas ou terras não denominadas. Essas famílias somam mais de 200 mil pessoas e aguardam uma resposta do Estado para terem direito ao documento do seu pedaço de chão, da terra em que já estão instalados, há muitos e muitos anos.

A constatação que temos é a de que as regras do Programa Terra Legal não dão conta dessa problemática. E os procedimentos do Incra para legalizar os assentamentos e acampamentos esbarram, principalmente, no preço da terra, que está muito caro em todo o Brasil, principalmente no meu Estado de Rondônia.

Uma das soluções, que já discutimos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra, será facilitar a titulação dos imóveis dos assentamentos emancipados, nos moldes do Programa Terra Legal, ampliando a área a ser titulada para quatro módulos fiscais. Com isso, resolveríamos ou teríamos um avanço muito grande.

Existe, hoje, uma limitação permitindo essa titulação para até dois módulos fiscais. Tentamos promover essa alteração através da MP nº 636, de 2014, que aprovamos no plenário do Senado, no final do ano passado, mas, como seu foco era a renegociação das dívidas dos assentados e da agricultura familiar, não foi possível encaixar nessa medida provisória.

Mas estamos trabalhando para que, numa próxima, consigamos colocar essa medida dentro de uma medida provisória.

Portanto, esse é o debate que queremos trazer novamente para a Comissão de Agricultura do Senado. Essa é a discussão que queremos com o Governo Federal. Temos que encontrar outros caminhos que deem mais agilidade para os procedimentos técnicos e burocráticos, mas que equacionem também a questão do valor da terra a ser cobrado pelo indivíduo que já está ali produzindo há mais de 30 anos.

Outra demanda é a necessidade de eliminar, no caso do fracionamento mínimo em áreas rurais que possam ser consideradas urbanas, a análise e a autorização do Incra para a sua regularização também. Essa competência seria transferida para os Estados e para os Municípios, como em Rondônia, onde o governo do Estado implantou o Programa Título Já, que já emitiu mais de 20 mil títulos de propriedade da terra em três anos de existência.

Para regulamentar esse processo, apresentei o PLS nº 388, de 2014, que será apreciado amanhã na Comissão de Desenvolvimento Regional, com parecer favorável do relator, Senador Romero Jucá.

Nossa proposta é que as terras consideradas rurais, mas que estão hoje no perímetro urbano dos Municípios – ou seja, são cidades –, sejam transferidas para os Estados e para os Municípios, para que esses façam a regularização fundiária e possam dar o documento do lote para quem o está ocupando.

Entendo que essa medida, além de agilizar o processo de ordenamento e regularização do solo no perímetro urbano, também agilizaria a regularização fundiária rural, uma vez que o Incra não precisaria mais se preocupar com o ordenamento urbano, ou seja, com a regularização nas cidades.

O parcelamento de imóvel rural para fins urbanos não deve ser condicionado a qualquer atuação do Incra, pois o planejamento e o controle do processo de urbanização é uma atribuição exclusivamente local, podendo ser realizado em qualquer imóvel situado em zona urbana, de expansão urbana ou de urbanização específica.

Nossa proposta, por meio do PLS nº 388, de 2014, busca corrigir essa impropriedade mediante a revogação de dispositivos do Estatuto da Terra e da Lei de Parcelamento do Solo Urbano, com base nos quais o Incra exerce sua competência para aprovar projetos de loteamentos urbanos. Além disso, altera a redação de dispositivo relativo à formação de núcleos de colonização de natureza urbana para vincular essa atividade à legislação de parcelamento do solo urbano.

Portanto, conto com o apoio dos nobres Senadores e Senadoras para que essa proposição seja aprovada, o que certamente contribuirá para agilizar a análise de projetos regulares de parcelamento do solo urbano e propiciar ao Município pleno controle sobre a ocupação de seu território, contribuindo para reduzir a ocupação irregular do solo urbano, bem como para liberar o Incra para fazer o ordenamento e a regularização fundiária no meio rural.

Um exemplo de como essa norma será aplicada está no convênio que foi realizado entre a União, através da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), o governo de Rondônia e a prefeitura de Porto Velho, para a regularização fundiária da chamada “Figura A”, que compreende oito bairros de nossa capital: os bairros Ari-golândia, Panair, Olaria, Pedrinhas, Caiari, Triângulo, Areal e Baixa da União, onde vivem cerca de 50 mil pessoas.

O levantamento topográfico já está sendo feito, inclusive com a participação do Exército e, em breve, os moradores, que já ocupam a área há mais de 50 anos, receberão o título definitivo da sua propriedade, da sua terra. Esse é um trabalho que teve a participação importante do Sindicato dos Seringueiros e Soldados da Borracha de Rondônia – que tem como vice-presidente o carioca que nos dá a honra de sua presença aqui no Senado hoje –, visto que boa parte dos moradores são seringueiros ou descendentes dos Soldados da Borracha que vivem hoje no nosso Estado de Rondônia.

É também um trabalho que pode servir de modelo para a regularização fundiária das terras da União já ocupadas em todo o território nacional, o que pretendemos regulamentar através do PLS nº 388, de 2014.

Esse é um tema importante, Sr. Presidente, porque não dá para nós aceitarmos que os nossos agricultores que estão na zona rural e os moradores das nossas cidades que estão na cidade há mais de 50 anos não tenham o documento da sua terra.

É uma política pública importante. E é neste sentido que estamos trabalhando, para ajudar o MDA, o Incra, os governos municipais e o governo do meu Estado a fazerem essa aproximação para que possamos juntos trabalhar para levar esse benefício à população do nosso Estado de Rondônia e, evidentemente, de toda a Amazônia e do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Esta Presidência cumprimenta V. Exª pelo pronunciamento com este enfoque de destacar a importância da regulação fundiária, para sobretudo promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal e, em particular, no Estado de V. Exª, o Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 6 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia**Bloco-PSB** - Lídice da Mata***Bloco-PT** - Walter Pinheiro***Bloco-PSD** - Otto Alencar****Rio de Janeiro****Bloco-PT** - Lindbergh Farias***Bloco-PRB** - Marcelo Crivella***Bloco-PSB** - Romário****Maranhão****Bloco-PMDB** - Edison Lobão***Bloco-PMDB** - João Alberto Souza***Bloco-PSB** - Roberto Rocha****Pará****Bloco-PMDB** - Fernando Ribeiro* (S)**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro***Bloco-PT** - Paulo Rocha****Pernambuco****Bloco-PTB** - Douglas Cintra* (S)**Bloco-PT** - Humberto Costa***Bloco-PSB** - Fernando Bezerra Coelho****São Paulo****Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira***Bloco-PT** - Marta Suplicy***Bloco-PSDB** - José Serra****Minas Gerais****Bloco-PSDB** - Aécio Neves***Bloco-PDT** - Zeze Perrella* (S)**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia****Goiás****Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia***Bloco-DEM** - Wilder Moraes* (S)**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado****Mato Grosso****Bloco-PR** - Blairo Maggi***Bloco-PPS** - José Medeiros* (S)**Bloco-PR** - Wellington Fagundes****Rio Grande do Sul****Bloco-PP** - Ana Amélia***Bloco-PT** - Paulo Paim***Bloco-PDT** - Lasier Martins****Ceará****Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira***Bloco-PT** - José Pimentel***Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati****Paraíba****Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima***Bloco-PMDB** - Raimundo Lira* (S)**Bloco-PMDB** - José Maranhão****Espírito Santo****Bloco-PR** - Magno Malta***Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço***Bloco-PMDB** - Rose de Freitas****Piauí****Bloco-PP** - Ciro Nogueira***Bloco-PT** - Regina Sousa* (S)**Bloco-PTB** - Elmano Férrer****Rio Grande do Norte****Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves Filho***Bloco-DEM** - José Agripino***Bloco-PT** - Fátima Bezerra****Santa Catarina****Bloco-PMDB** - Luiz Henrique***Bloco-PSDB** - Paulo Bauer***Bloco-PMDB** - Dário Berger****Alagoas****Bloco-PP** - Benedito de Lira***Bloco-PMDB** - Renan Calheiros***Bloco-PTB** - Fernando Collor****Sergipe****Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares***Bloco-PSC** - Eduardo Amorim***Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves****Mandatos**

*: Período 2011/2019 ***: Período 2015/2023

Amazonas**Bloco-PMDB** - Sandra Braga* (S)**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin***Bloco-PSD** - Omar Aziz****Paraná****Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann***Bloco-PMDB** - Roberto Requião***Bloco-PSDB** - Alvaro Dias****Acre****Bloco-PT** - Jorge Viana***Bloco-PSD** - Sérgio Petecão***Bloco-PP** - Gladson Cameli****Mato Grosso do Sul****Bloco-PT** - Delcídio do Amaral***Bloco-PMDB** - Waldemir Moka***Bloco-PMDB** - Simone Tebet****Distrito Federal****Bloco-PDT** - Cristovam Buarque***Bloco-PSD** - Hélio José* (S)**Bloco-PDT** - Reguffe****Rondônia****Bloco-PP** - Ivo Cassol***Bloco-PMDB** - Valdir Raupp***Bloco-PDT** - Acir Gurgacz****Tocantins****Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira* (S)**Bloco-PR** - Vicentinho Alves***Bloco-PT** - Donizeti Nogueira** (S)**Amapá****Bloco-PSB** - João Capiberibe***Bloco-PSOL** - Randolfe Rodrigues***Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre****Roraima****Bloco-PT** - Angela Portela***Bloco-PMDB** - Romero Jucá***Bloco-PDT** - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-14 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Marta Suplicy.	PT / SP
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Ribeiro.	PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Luiz Henrique.	PMDB / SC
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco da Maioria.	22
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Marta Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO**1º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)**2º** João Alberto Souza - (PMDB-MA)**3º** Elmano Férrer - (PTB-PI)**4º** Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT ^(22,25)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,34) Benedito de Lira ^(11,18,45) Walter Pinheiro ^(31,37,44) Telmário Mota ^(4,36,43) Regina Sousa ⁽⁴²⁾</p> <p>Líder do PT - 14 Humberto Costa ^(22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³⁰⁾ Walter Pinheiro ^(31,37,44) Lindbergh Farias ⁽³²⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁵⁾</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,34)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,36,43)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(11,18,45)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²¹⁾</p> <p>Vice-Líder Ataídes Oliveira ⁽³⁸⁾</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ^(23,40) Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴¹⁾</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB ^(16,29)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,28) Vanessa Grazziotin ^(20,27) Randolfe Rodrigues ^(24,26)</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁶⁾</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,28)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,26)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(20,27)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

11. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
30. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. O senador Paulo Bauer está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 05/03/2015 a 29/04/2015.
41. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
42. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
46. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) OMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Comissão Temporária, criada nos termos do Requerimento nº 44, de 2015, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes, para no prazo de noventa dias, para traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

Senador Ricardo Ferraço (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Notas:

*, Em 25.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

3) T - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

4) OMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPosição E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Comissão Temporária, criada nos termos do Requerimento nº 40, de 2015, composta por seis membros titulares e igual número de suplentes, para no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

MEMBROS

5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

*** . Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, composta por onze senadores titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Leitura: 05/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 93, de 2015, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

3)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDM).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5.
Senador Roberto Requião (PMDB)	6.
Senador Omar Aziz (PSD)	7.
Senador Luiz Henrique (PMDB)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antônio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: cae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁶⁾
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ^(5,8)
VAGO	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixa de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Marta Suplicy (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o obj tivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5.
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
VAGO ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
VAGO	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁴⁾	4. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(5,2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).

6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Fernando Ribeiro (PMDB)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador José Maranhão (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB) ⁽⁶⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 04/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.3.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)
8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcello Varela

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Finalidade: Discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.

(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(6,3)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Luiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDDB)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda**Telefone(s):** 61 33031095**E-mail:** csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
VAGO		4.	VAGO
PT			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
PSDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
PTB			
VAGO		1.	VAGO
PP			
VAGO		1.	
PDT			
VAGO		1.	
PSB			
VAGO		1.	VAGO
DEM			
VAGO		1.	VAGO
PR			
VAGO		1.	VAGO
PSD			
VAGO		1.	VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	
VAGO	
PT	
VAGO	
PSDB	
VAGO	
PTB	
VAGO	
PP	
VAGO	
PDT	
VAGO	
PSB	
VAGO	
DEM	
VAGO	
PR	
VAGO	
PSD	
VAGO	
PCdoB	
VAGO	
PV	
VAGO	
PRB	
VAGO	
PSC	
VAGO	
PSOL	
VAGO	

Atualização: 12/03/2015

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS	
PMDB	
	Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT	
	Senador Paulo Paim (RS)
PSDB	
	Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB	
	Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT	
	Senador Lasier Martins (RS)
PR	
	Senador Magno Malta (ES)
PSD	
	Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM	
	Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP	
	Senador Gladson Cameli (AC)
PTB	
	Senador Fernando Collor (AL)
PPS	
	Senador José Medeiros (MT)
PCdoB	
	Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL	
	Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC	
	Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB	
	Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO
PROS

Atualização: 31/01/2015

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

11) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS	
PMDB	
VAGO	
PT	
VAGO	
PSDB	
VAGO	
PTB	
PP	
PDT	
VAGO	
PSB	
VAGO	
DEM	
PR	
VAGO	
PSD	
VAGO	
PCdoB	
VAGO	
PV	
VAGO	
PRB	
VAGO	
PSC	
VAGO	
PSOL	
VAGO	
SD	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

13) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS	
PMDB	
VAGO	
PT	
VAGO	
PSDB	
VAGO	
PTB	
PP	
VAGO	
PDT	
VAGO	
PSB	
VAGO	
DEM	
VAGO	
PR	
PSD	
VAGO	
PCdoB	
VAGO	
PV	
PRB	
VAGO	
PSC	
VAGO	
PSOL	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2ª VICE-PRESIDENTE: VAGO

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Relator do PLDO: VAGO

Relator do PLOA: VAGO

Relator da Receita: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. VAGO
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. VAGO
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. VAGO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Manicoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vítor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Sandes Júnior - PP/GO
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Valtenir Pereira - PROS/MT	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Rafael Motta - PROS/RN
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Weliton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. Rômulo Gouveia - PSDB/PB
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecchi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. William Woo - PPS/SP
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. VAGO

Secretário: Maedes Jordão S. Saldanha**Telefone(s):** 3216-6892**E-mail:** maedes.santana@camara.leg.br**Local:** Plenário 2 da Câmara dos Deputados

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. VAGO
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PPS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM ⁽³⁾
Jaime Martins - PSD/MG ⁽³⁾	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT ⁽¹⁾	
Giovani Cherini - RS	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)**

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PMDB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (DEM/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PT/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. VAGO
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
Shéridan - PSDB/RR	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽⁹⁾	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

CONSELHOS e ÓRGÃOS**Conselho de Comunicação Social**

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrielli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 19/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 104 páginas
(O.S. 11243/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

